



13 DE MARÇO DE 2017

Segunda-feira

- **ROBSON BRAGA DE ANDRADE E PRESIDENTE DO SENADO SE REÚNEM PARA TRATAR DE PROJETOS QUE LEVEM A MELHORIAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS**
- **CNI QUER VOTAÇÃO DE PROJETO QUE ATUALIZA A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**
- **ENTIDADES DO SETOR PRODUTIVO PEDEM REABERTURA DE PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO TRIBUTÁRIO NO PARANÁ**
- **CORREIOS ANUNCIAM FECHAMENTO DE 250 AGÊNCIAS NO PAÍS**
- **RENAULT DEIXA 'VAREJÃO' PARA FALAR DE DESIGN**
- **HONDA CORTOU 4 MIL VAGAS DESDE 2012**
- **SETOR DE MOTOS RETORNOU AO NÍVEL DE 12 ANOS ATRÁS**
- **APÓS SOBREVIVER À CRISE, MOTOS DE LUXO TÊM QUEDA NA VENDA**
- **SALÃO DE GENEBRA MANTÉM A TRADIÇÃO E DESTACA SUPERCARROS ESPORTIVOS**
- **NOVA GERAÇÃO DO VOLVO XC60 CHEGA AO BRASIL NO FIM DO ANO 20% MAIS CARO**
- **GOVERNO TORNA-SE O MAIOR CLIENTE DA AEA**
- **WAZE: CONECTIVIDADE E COLABORAÇÃO TRANSFORMAM TRANSPORTE**
- **AUTOPEÇAS LEVAM € 155 MI EM MULTAS DA COMISSÃO EUROPEIA**
- **JAGUAR LAND ROVER INVESTE € 227 MILHÕES EM NOVO CENTRO DE DESIGN E ENGENHARIA**
- **VOLKSWAGEN SE DECLARA CULPADA POR DIESELGATE NOS EUA**
- **HARLEY-DAVIDSON JÁ VENDE NOVA ROADSTER 1200**
- **SKODA VAI LIDERAR PARCERIA ENTRE GRUPO VW E TATA**
- **QUALCOMM E INVESTE SP ASSINAM ACORDO NO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES PARA FÁBRICA DE CHIPS**

- ORIGINAL FILTER NACIONALIZA PRODUÇÃO E EXPANDE FÁBRICA EM COTIA
- EXPORTAÇÃO AGREGA VALOR À MARCA E AJUDA A EXPANDIR O MERCADO DE VENDA
- GOVERNO PLANEJA NOVA REFORMA DO PIS/COFINS E PREOCUPA SETOR DE SERVIÇOS
- STF: ICMS PODERÁ SAIR DA BASE DO PIS/COFINS
- ARTIGO: NOVAS AMEAÇAS À INDÚSTRIA
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA RETOMA NÍVEL DE 2015
- COM A RECESSÃO, EMPRESAS PARARAM DE PAGAR IMPOSTOS
- 86% DAS EMPRESAS BRASILEIRAS OPERAM COM PELO MENOS UMA IRREGULARIDADE
- PARA AGRADAR A ALIADO, TEMER REFORÇA PODER DE PASTA DA INDÚSTRIA
- INTERNET AJUDA PEQUENO EMPRESÁRIO A SONDAR MERCADO
- A TECNOLOGIA ESTÁ TRANSFORMANDO O EMPREGO, E O BRASIL TEM DE SE PREPARAR
- AGÊNCIAS DA CAIXA ABREM MAIS CEDO NO INÍCIO DA SEMANA PARA SAQUE DO FGTS
- LIBERAÇÃO DO FGTS PODE MELHORAR CRÉDITO E DESTRAVAR CONSUMO
- FGTS LIBEROU R\$ 3,8 BILHÕES NO PRIMEIRO DIA DE SAQUES
- GOVERNO RECEBEU 239 DENÚNCIAS CONTRA EMPRESAS QUE NÃO DEPOSITARAM FGTS
- CARLYLE ABRE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA INVESTIR NA AMÉRICA DO SUL
- INFLAÇÃO ABAIXO DO ESPERADO DERRUBA JUROS FUTUROS
- CAPTAÇÃO LÍQUIDA DE FUNDOS EM FEVEREIRO É A MAIOR DESDE 2002
- BANCOS OFERTAM OPÇÃO DE RENDA VARIÁVEL COM CAPITAL GARANTIDO
- NOVAS REGRAS DO ROTATIVO DO CARTÃO PODEM ELEVAR PAGAMENTO MÍNIMO
- RECEITA DO BNDES COM INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA CAIU POR CAUSA DO CÂMBIO
- RECEITA DE TESOURARIA FOI SIGNIFICATIVA PARA RESULTADO DE 2016, DIZ BNDES
- TESOURO: É PRECISO APRENDER COM LIÇÕES PARA NÃO REPETIR ESSES ERROS NO FUTURO
- FIPE REDUZ PREVISÃO DE IPC DE MARÇO DE 0,18% PARA 0,12%
- PIB DO G-20 DESACELERA NO 4º TRIMESTRE; BRASIL TEM O PIOR DESEMPENHO, DIZ OCDE

- GOVERNO QUER ACELERAR REGULAMENTAÇÃO PARA A TERCEIRIZAÇÃO
- RODRIGO MAIA DIZ QUE TERCEIRIZAÇÃO SERÁ VOTADA DIA 21 NA CÂMARA
- GERAR MAIS E MELHORES EMPREGOS É O DESAFIO
- BASE TEM PLANOS QUE DESFIGURAM REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- CONSUMIDOR PAGOU R\$ 1,8 BI A MAIS NA CONTA DE LUZ EM 2016; VALOR SERÁ DEVOLVIDO

CÂMBIO EM 13/03/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,152	3,153
Euro	3,363	3,364

Fonte: BACEN

Robson Braga de Andrade e presidente do Senado se reúnem para tratar de projetos que levem a melhorias no ambiente de negócios

13/03/2017 – Fonte: CNI

No encontro, o presidente da CNI elencou prioridades da indústria como a atualização da base de cálculo da contribuição sindical patronal e a regulamentação da terceirização. Aprovação dos projetos vai estimular economia e gerar empregos



“Tratamos de medidas importantíssimas para que a gente possa crescer mais, para que a indústria possa investir, gerar emprego e, inclusive, atrair investimentos externos” - Robson Braga de Andrade

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, apresentou nesta quinta-feira (9) ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a pauta prioritária da indústria para a retomada do ambiente de negócios no país.

Entre as medidas, estão projetos que tramitam no Congresso Nacional que tratam da terceirização, da modernização das relações do trabalho, da atualização da base de cálculo da contribuição sindical patronal, do Programa de Regularização Tributária

(PRT) e da Norma Regulamentadora nº 12 (NR 12), que é o conjunto de padrões de segurança de máquinas e equipamentos nas linhas de produção, vigente desde dezembro de 2010.

“Conversamos sobre o ambiente de negócios da indústria brasileira e a expectativa que temos de melhoria desse ambiente através do Congresso”, disse o presidente da CNI. “Tratamos de medidas importantíssimas para que a gente possa crescer mais, para que a indústria possa investir, gerar emprego e, inclusive, atrair investimentos externos”, acrescentou.

Andrade defendeu a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 43/2015, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB), que susta parcialmente a NR 12 para estabelecer uma linha de corte temporal para atendimento à nova regulamentação, eliminando assim o ambiente de insegurança jurídica.

O presidente da CNI também ressaltou a importância de o Senado aprovar a Medida Provisória 766/2017, editada em janeiro pelo governo federal, que cria o Programa de Regularização Tributária junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O PRT auxiliará pessoas físicas e jurídicas a quitarem débitos fiscais em atraso e reestabelecer as condições financeiras das empresas. Na avaliação da CNI, no entanto, para que haja adesão em massa por parte das empresas é preciso que o programa seja aperfeiçoado.

Durante a reunião, Andrade pediu a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2016, que atualiza a base de cálculo da contribuição sindical patronal. Já aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, a proposta aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A tabela de contribuição sindical dos empregadores está extremamente defasada.

TERCEIRIZAÇÃO – De acordo com Robson Andrade, a regulamentação da terceirização é necessária para que as empresas possam contratar serviços especializados. “Estamos tratando de uma terceirização especializada, formal, legal, que contribua com todos os encargos trabalhistas, como férias, FGTS e INSS”, frisou.

Ele observou que a terceirização não pressupõe o não pagamento dos encargos trabalhistas. “Pelo contrário. A empresa que está terceirizando tem a obrigação de fiscalizar a empresa terceirizada quanto ao pagamento de todos os encargos, do cumprimento das legislações e obrigações trabalhistas, de tal forma que não haja prejuízo para o trabalhador.”

No encontro, o presidente da CNI reiterou o convite feito em fevereiro a Eunício Oliveira para que participe da solenidade de lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2017, que será realizada na sede da CNI no dia 28 de março. O documento reúne os projetos prioritários para o setor industrial que tramitam no Congresso Nacional.

CNI quer votação de projeto que atualiza a base de cálculo da Contribuição Sindical

13/03/2017 – Fonte: Portal Contábil

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, encontrou-se nesta quinta-feira (09/03), com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para discutir a aprovação de matérias em tramitação no Congresso Nacional

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, encontrou-se na quinta-feira (09/03), com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para discutir a aprovação de matérias em tramitação no Congresso Nacional capazes de melhorar o ambiente de negócios no País.

“São questões relacionadas às mudanças na modernização do trabalho; terceirização; o Refis, a regularização tributária das empresas que é fundamental para que as empresas possam se legalizar novamente e ter condições de buscar financiamentos”, enumerou Robson Andrade.

Terceirização

Durante o encontro, o presidente da CNI pediu a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2016, que atualiza a base de cálculo da contribuição sindical patronal. A proposta foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Sobre a terceirização, Robson Andrade disse que a proposta da CNI é que se “possa terceirizar qualquer trabalho, qualquer serviço”.

Andrade acrescentou que, “é possível regularizar, desde que você não esteja fazendo uma redução do trabalho, quer dizer, você tem que fazer uma proteção do trabalho, mas se você está terceirizando uma atividade, que é uma atividade especializada, independe se ela é atividade-fim ou atividade-meio”, explicou.

O presidente do Senado disse que vai dar andamento à apreciação das propostas e esclareceu que, sobre a terceirização, as discussões já estão adiantadas em torno do PLC 30/2015, em votação no Senado, e do PL 4302/1998, que tramita na Câmara dos Deputados. Segundo Eunício Oliveira, o que estiver desatualizado no projeto que tramita na Câmara poderá ser atualizado durante a discussão do texto que está no Senado.

Sobre o PLC que trata da contribuição sindical patronal, o presidente do Senado informou que levará o assunto ao presidente da CAE, a ser instalada na próxima terça-feira (14). Os líderes partidários informaram à Mesa os nomes dos integrantes que irão compor as comissões permanentes do Senado respeitando os acordos realizados entre as lideranças e a proporcionalidade partidária.

Por fim, Robson Andrade reforçou o convite feito ao presidente do Senado, em 21 de fevereiro, pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Beto Studart, para o lançamento da Agenda Legislativa da Confederação Nacional da Indústria de 2017, marcado para o dia 28 de março.

Entidades do setor produtivo pedem reabertura de programa de refinanciamento tributário no Paraná

13/03/2017 – Fonte: FIEP

Em ofício entregue ao secretário da Casa Civil, Valdir Rossoni, elas defendem que medida é necessária para dar fôlego às empresas que sofrem com a crise econômica nacional



As principais entidades que representam o setor produtivo paranaense entregaram, nesta quinta-feira (9), ao secretário de Estado da Casa Civil, Valdir Rossoni, um ofício em que pedem a reabertura do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI).

Criado em 2015, o PPI possibilitou a renegociação de dívidas relacionadas ao ICMS contraídas até o fim do ano anterior.

Para as entidades, a medida é ainda mais importante neste momento, já que desde então houve o agravamento da crise econômica brasileira, comprometendo o resultado das empresas e dificultando o cumprimento de suas obrigações tributárias.

"A reabertura do PPI é fundamental para dar fôlego às empresas, que ainda não sentem sinais claros de recuperação da atividade econômica", disse o coordenador do Conselho Temático de Assuntos Tributários, Nilo Cini Junior, que representou a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) na reunião com Rossoni. "Muitas empresas estão com dificuldades para arcar com a elevada carga tributária e precisam desse socorro para que possam sobreviver", acrescentou.

O pedido das entidades é que o governo do Estado siga os passos da União, que no início do ano propôs a implantação do Programa de Regularização Tributária (PRT).

Instituído por medida provisória, ele tramita no Congresso Nacional e ainda pode sofrer alterações em sua forma. No caso do Paraná, a sugestão é que o governo proponha a alteração da Lei 18.468/15, que criou o PPI, possibilitando que sejam inseridos no programa os débitos de ICMS não pagos até dezembro de 2016.

Junto com o ofício, as entidades já apresentaram também uma proposta de texto para alterar a legislação de 2015. Nela, além da ampliação do prazo para adesão ao programa, sugerem ainda o aumento do número de parcelas para até 180 meses, com a aplicação de descontos de juros e multas escalonados, dependendo da quantidade de parcelas que o contribuinte optar.

Ao receber a proposta, o chefe da Casa Civil se comprometeu a levá-la à Secretaria da Fazenda e ao governador Beto Richa para que seja analisada a possibilidade de implantação. Para Nilo Cini Junior, as entidades sentiram uma boa receptividade por parte do secretário. "Ele demonstrou que compreende a necessidade dessa medida pelo momento delicado da economia", afirmou o coordenador.

Além da Fiep, estiveram representadas na reunião as Federações da Agricultura (Faep), do Comércio (Fecomércio), dos Transportes (Fetranspar), das Cooperativas (Fecoopar) e das Associações Comerciais (Faciap), além da Associação Comercial do Paraná (ACP).

Correios anunciam fechamento de 250 agências no país

13/03/2017 – Fonte: Bem Paraná

Os Correios anunciaram o fechamento de 250 agências, de 6.511 próprias no país. A decisão faz parte da estratégia de redução de gastos da empresa, que enfrenta dificuldades financeiras. A iniciativa vai atingir agências em cidades com mais de 50 mil habitantes de todas as regiões.

"O projeto é uma das ações que os Correios vêm implementando para reverter o cenário financeiro da empresa, visando garantir a manutenção e a qualidade dos serviços à sociedade", informa a empresa em nota. No fim de 2016, a o presidente da empresa, Guilherme Campos, anunciou que pretendia economizar entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão por ano com folha salarial com um plano demissional em que esperava ter a adesão de 8.000 trabalhadores da estatal.

Na semana passada a empresa começou a vender chips para celular de sua marca própria em 12 agências de São Paulo.

Renault deixa 'varejão' para falar de design

13/03/2017 – Fonte: DCI

Mesmo depois de dois anos seguidos de queda no mercado de veículos, que perdeu quase metade das vendas em 2015 e 2016, a Renault está apostando em uma renovação quase completa de sua linha de produtos.

Além do utilitário Captur, lançado recentemente, a companhia francesa tem outras novidades previstas para 2017, entre elas o Kwid - que chegará para substituir o veículo de entrada Clio - e o Koleos, que concorrerá com os SUVs de luxo, que hoje custam mais de R\$ 100 mil.

Para apresentar as novidades e também investir na criação de uma percepção maior de valor dos produtos da montadora, a companhia está deixando de lado o estilo "varejão" da comunicação - mais focada em preço e promoções - para priorizar os diferenciais de seus veículos.

"Nosso objetivo é lançar produtos em segmentos que vão nos ajudar a ganhar mais market share (*participação de mercado*) e falar sobre o design europeu adaptado ao Brasil", explica o presidente da Renault no Brasil, Fabrice Cambolive.

Apesar de o mercado ter tido retração de mais de 20% em 2017, a montadora afirma que conseguiu ganhar fatia de mercado. Segundo dados da empresa, a participação da Renault atingiu um pico desde a entrada da companhia no mercado brasileiro, com 7,5% das vendas totais de veículos leves no ano passado - alta de 0,2 ponto porcentual ante 2015. Em 2010, a fatia da empresa não chegava a 5%.

Design. Uma campanha da Renault que estreia hoje tenta "traduzir" essa nova fase da marca. O filme, criado pelo presidente da Neogama, Alexandre Gama, foi produzido no Museu de Arte Contemporânea de Niterói (RJ), e mostra o Captur passeando pelas famosas rampas criadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Os carros, que antes quase sempre apareciam nas ruas, agora ganham um novo ambiente: interação com obras de arte e se integram a elas.

Segundo o publicitário, ter uma série de novos produtos ajuda o trabalho de comunicação - já que sempre há notícias para dar ao consumidor. "Estamos buscando uma linguagem renovada para o novo portfólio de produtos", diz Gama.

Segundo ele, no caso da Renault, os investimentos em publicidade têm a intenção de ampliar os domínios da marca, apresentando resultados concretos. "Temos muita liberdade para trabalhar, mas somos cobrados pelo market share.

Honda cortou 4 mil vagas desde 2012

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Líder do mercado, com 80% de participação, a Honda vendeu 724,6 mil motos no ano passado, 27% a menos que em 2015. Também lidera o segmento premium, a partir de 500 cilindradas, com 9 mil unidades, ante 17 mil em 2015. A GL 1800 Goldwing, importada do Japão, é a mais cara da marca, R\$ 119,9 mil.

Entre os modelos nacionais, a aposta é a Africa Twin, de R\$ 64 mil a R\$ 74 mil. A Honda tem motos a partir de R\$ 5 mil, mas seu forte são as CG 125 e 160, que venderam 224 mil unidades no ano passado, com preços a partir de R\$ 7 mil. "Estamos cautelosos com as previsões para este ano, até porque os últimos meses não foram positivos", diz Alexandre Cury, diretor comercial da Moto Honda.

Ele lembra que, desde 2012, o setor está em baixa, em razão da falta de crédito e da crise. A fábrica de Manaus tinha 10 mil funcionários há cinco anos. Hoje, opera com 6 mil e alta ociosidade.

Setor de motos retornou ao nível de 12 anos atrás

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O mercado total de motos caiu 26,5% em 2016 ante o ano anterior, para 899,8 mil unidades. “Foi a primeira vez, desde 2004, que o mercado ficou abaixo de 1 milhão de unidades”, diz Marcos Fermanian, da Abraciclo.

Em relação a 2011, quando o mercado total de motocicletas teve seu auge, com quase 2 milhões de unidades, as vendas no ano passado recuaram 54%. A queda no segmento premium foi de 13% na mesma comparação.

Naquele ano, foram vendidas 46,2 mil motos de luxo, número que foi a 48,9 mil em 2012, a 50,9 mil em 2013 e a 56,1 mil em 2014. No ano seguinte, caiu para 53,4 mil e, em 2016, para 40,1 mil.

Fermanian projeta estabilidade para o mercado total de motos este ano. “O segmento depende de crédito e só contrai financiamento quem acredita que vai continuar empregado.”

Após sobreviver à crise, motos de luxo têm queda na venda

13/03/2017 – Fonte: Exame

Levando-se em conta as vendas do ano passado em relação a 2011 - antes do início da crise econômica -, os modelos premium tiveram queda de 13%



O segmento de motocicletas de luxo, a partir de 500 cilindradas, teve as vendas freadas no mercado brasileiro, após crescerem consecutivamente de 2012 a 2014, quando o negócio de duas rodas já sucumbia à crise.

Mas, levando-se em conta as vendas do ano passado em relação a 2011 – antes do início da crise econômica -, os modelos premium tiveram queda de 13%, enquanto o mercado total de motos caiu à metade.

O desempenho é atribuído à resiliência do segmento premium à crise, com vendas mantendo crescimento até 2014, e à chegada ao país de linhas de montagem de marcas como as europeias BMW, Ducati e KTM e a americana Indian, ampliando assim a concorrência.

O segmento responde por apenas 4% do mercado total de motos, mas movimentava cifras significativas. Os preços variam de R\$ 20 mil a R\$ 155 mil, fora edições especiais que custam o equivalente a carros de luxo, como o Jaguar F-Type e o Mercedes AMG 63.

A Ducati trará ao Brasil, por R\$ 550 mil, a edição especial da 1299 Superleggera, com motor de 1.300 cilindradas. Apenas 500 unidades, fabricadas na Itália, serão vendidas no mundo todo.

O Brasil receberá só três delas em abril, mas duas já estão vendidas e a última está em fase de negociação, informa Diego Borghi, presidente da empresa no País.

“Esse modelo é considerado a Ferrari das motocicletas”, compara Borghi, que está à frente da Ducati há pouco mais de um ano.

O executivo informa que é a única moto feita totalmente em fibra de carbono, pesa 170 quilos e tem tecnologia embarcada. “Em proporção de peso e potência, não tem nada na indústria que chegue perto disso.”

A BMW Motorrad, que desde outubro tem fábrica própria em Manaus (AM), a primeira do grupo fora da Alemanha, também vai entrar no nicho de alto luxo.

“Teremos um produto com super tecnologia, a ser lançado no Brasil neste ano, que ficará nessa faixa de preço e será inovador”, limita-se a informar o diretor da empresa, Federico Alvarez.

Novo nicho

O grupo atua com motos acima de 500 cilindradas que custam entre R\$ 35,9 mil e R\$ 154,4 mil, a maioria produzida localmente. No segundo semestre terá sua primeira moto global fora desse nicho, a G 310 R, de 300 cilindradas. “Com produção no Brasil, ela será lançada com outros mercados, como Europa e Estados Unidos”, diz Alvarez.

No ano passado, a BMW vendeu 6.482 motocicletas, num mercado que consumiu cerca de 40 mil unidades de modelos premium – recuo de 25% em relação a 2015, que já tinha sido 5% inferior ao resultado de 2014, ano recorde para o segmento, com 56,1 mil unidades vendidas.

O mercado total de motos caiu 26,5%, totalizando 899,8 mil unidades, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo).

Em 2016, a Ducati, marca italiana que pertence à montadora alemã Audi, vendeu 1,2 mil motos, ante 935 em 2015, todas acima de 500 cilindradas, com preços de R\$ 38,9 mil a R\$ 93 mil. Borghi espera repetir o crescimento neste ano e vender 1,4 mil unidades.

A produção da Ducati é feita em parceria com a Dafra, que também produz em Manaus modelos da KTM e da Indian. Ainda atuam no segmento premium a Harley-Davidson e a Triumph. Honda, Yamaha, Suzuki e Kawasaki têm produtos nesse nicho, mas com menor participação em seus portfólios.

Salão de Genebra mantém a tradição e destaca supercarros esportivos

13/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tradicional por sua reverência a veículos de alto desempenho, o Salão de Genebra deste ano exagera ao justificar a fama.

Há supercarros inatingíveis, peruas, cupês e até carro de videogame com nome de campeão mundial de F-1. Os utilitários também estão lá, mas no braço de ferro entre os modelos em exposição, os esportivos vencem.

O pavilhão de exposições tem um mezanino que reúne preparadoras independentes e marcas que atuam em nichos específicos. Nenhum lugar concentra mais gente do que o estande da Pininfarina, que exhibe o Fittipaldi EF7.

Todos querem a atenção do idealizador do projeto, Emerson Fittipaldi, bicampeão de F-1 e campeão da Indy.

O bólido que leva seu nome tem 600 cv e uma versão virtual, feita para o game Gran Turismo Sport. Para o mundo real, serão feitas 39 unidades, número que remete ao número de vitórias (36) e de títulos do ex-piloto.

Mais adiante, a Porsche revela a perua Sport Turismo, que é baseada no sedã Panamera e já está confirmada para o mercado brasileiro.

A Audi é outra que faz de Genebra o território das supermáquinas. A marca alemã lança a nova geração do sedã RS 5 e a reestilização do hatch RS 3. A concorrente Mercedes contra-ataca com o conceito AMG GT de quatro portas e mais de 800 cv.

Sempre presente no salão suíço, a Ferrari mostra a 812 Superfast. Com 800 cv, é o modelo produzido em série mais potente já feito nos 70 anos de história da marca. O inglês McLaren 720S chega perto, com 710 cv.

O visitante também encontra modelos mais "acessíveis". Um deles é o Alpine 110, versão atualizada do legendário cupê dos anos 1960. Compacto e leve, é a prova de que tamanho e potência não são documentos.

RELEITURAS

A tradição de esportivos em Genebra é tão contagiante que até clássicos têm vez, mesmo que em releituras.

A Ruf, preparadora que tem autorização para modificar modelos da Porsche, apresenta o CTR 2017.

O modelo tem visual que remete ao 911 dos anos 1980, mas a carroceria é feita de fibra de carbono e o motor tem 700 cv. O modelo comemora os 30 anos do Yellowbird, o carro mais célebre já feito pela Ruf.

No estande da Honda, o novo Civic Type-R aparece em destaque. A carroceria é do tipo hatchback e o motor tem 2.0 turbo de 310 cv – o dobro da potência das versões 2.0 flex do sedã vendido hoje no Brasil. O câmbio é manual, de seis marchas.

Essa versão não está nos planos da montadora japonesa para o mercado nacional. Se fosse importada, seu preço no país ultrapassaria os R\$ 200 mil.

O Salão de Genebra está aberto ao público até o próximo domingo (19).

Nova geração do Volvo XC60 chega ao Brasil no fim do ano 20% mais caro

13/03/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo

Modelo mais vendido da Volvo no Brasil, o XC60 estreia nova geração durante o Salão de Genebra. O carro cresce e ganha novos itens.

O SUV de luxo estreia o dispositivo que consegue fazer o carro se desviar sozinho de outros veículos que eventualmente cruzem a faixa que separa vias opostas, evitando uma colisão frontal.

O alerta de ponto cego evolui e faz com que o Volvo interrompa uma mudança de faixa caso detecte outro veículo pelo retrovisor.

Segundo a marca, o modelo também avança dinamicamente, mas sem se inspirar nos rivais. "Nosso ponto de partida para o novo XC60 foi o modelo existente. Ele já tem o que queremos de um Volvo, apenas o melhoramos", diz Lex Kerssemakers, vice-presidente sênior da empresa para a América do Norte.

Os novos equipamentos estão confirmados para o Brasil, onde o XC60 estreará no segundo semestre. O que falta definir é a oferta de motores –há opções a diesel, gasolina e híbridas, que combina combustão e eletricidade.

O modelo ficará 20% mais caro, com preço médio em torno de R\$ 240 mil, segundo Leandro Teixeira, diretor de marketing da Volvo Brasil.

O reposicionamento de valores abre caminho para o XC40, SUV de entrada da marca que, embora ainda não tenha sido revelado, tem estreia no Brasil marcada para o próximo ano.

Governo torna-se o maior cliente da AEA

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business



Fundada em 1984 como um braço técnico dos fabricantes de veículos associados à Anfavea, a Associação de Engenharia Automotiva, AEA, vem expandindo seu campo de atuação e, em anos recentes, converteu-se em relevante consultoria técnica para embasar decisões governamentais, políticas e legislações que regulam o setor automotivo nacional.

“O governo é hoje o maior cliente da AEA”, resume Edson Orikassa, engenheiro da Toyota que assumiu a presidência da entidade em 2015 e recentemente foi reeleito para um novo mandato de mais dois anos (leia [aqui](#)).

Nos últimos anos foram criadas novas diretorias para atender as demandas atuais de regulação e desenvolvimento da indústria automotiva, como por exemplo a diretoria de Novas Políticas Setoriais, para tratar de temas relacionados principalmente ao Inovar-Auto e o programa que deverá sucedê-lo a partir do ano que vem.

“Existe um enorme passivo técnico a discutir no País. Vimos a chance de aumentar a representatividade da AEA e nos tornamos uma ferramenta do governo para fornecer suporte técnico às decisões”, justifica Orikassa.

Entre as colaborações mais importantes fornecidas ao governo nos últimos anos, Orikassa cita alguns incentivos extras incluídos no Inovar-Auto, como o desconto maior de imposto para os fabricantes que desenvolverem motores a etanol mais econômicos, que tenham relação de consumo com a gasolina superior a 75% (na média nacional, um carro movido a álcool hidratado roda 70% do que outro abastecido com gasolina).

Outra regulamentação introduzida no Inovar-Auto foi a concessão de benefícios, na hora de medir a eficiência energética de cada veículo, para os modelos que adotam equipamentos *off-cycle* para reduzir o gasto de combustível como start-stop, indicador de troca de marchas, monitor de pressão dos pneus e grade frontal ativa (que fecha a determinada velocidade para reduzir o arrasto aerodinâmico do veículo).

Mais recentemente, a AEA finalizou um manual de auditoria para orientar os técnicos do governo que vão fiscalizar se as empresas cumpriram as obrigações assumidas ao se habilitar ao Inovar-Auto.

Entre as exigências do programa estão investimentos em engenharia, pesquisa e desenvolvimento, medição de consumo dos carros pelo Inmetro e o cumprimento de

etapas industriais mínimas no País para a fabricação de veículos. "O manual já está pronto e falta agora a publicação pelo governo", revela Orikassa.

A AEA também já forneceu suporte técnico para outras regulações do setor, como formulação de testes com biodiesel B10, legislação de segurança (por exemplo, adoção obrigatória do controle eletrônico de estabilidade, ESC) e regulação de emissões – a entidade trabalha com o Ibama para formular as próximas fases do Proconve, o programa nacional de controle de emissões veiculares de poluentes.

PRÓXIMOS DESAFIOS

Orikassa divide em três os principais focos de atuação da AEA nos próximos anos: novas políticas para o setor automotivo, indústria 4.0 e o Programa Brasileiro de Controle de Combustíveis, Tecnologia Veicular e Emissões (PCVE). "Este programa insere o Brasil nas melhores práticas globais", diz o presidente da AEA.

Segundo ele, dentro do escopo do PCVE a AEA já conduziu no País testes de emissões e consumo em cerca de 1,4 mil com veículos a gasolina, flex e diesel de todas as marcas disponíveis no mercado. "Esse enorme banco de dados é fundamental para aferir em qual estágio nos encontramos e para simular o futuro, para onde devemos ou podemos ir como indústria", explica.

Sobre o suporte técnico às novas políticas industriais do governo que deverão suceder o Inovar-Auto, que termina no fim deste ano, Orikassa diz que o papel da entidade será o de "evitar jabuticabas", ou de demover a adoção regras que criem produtos só vendáveis no Brasil.

O dirigente entende que o próximo programa de fomento à indústria automotiva deverá incentivar a produção de veículos globais no País, com base em um tripé já defendido por membros do governo e dos fabricantes: incentivo contínuo à pesquisa e desenvolvimento, novas metas de eficiência energética e apoio ao adensamento da cadeia nacional de autopeças, tudo com visibilidade de longo prazo, estabelecendo objetivos para algo em torno de 10 anos à frente.

E para poder produzir veículos globais, Orikassa avalia que é fundamental o avanço no Brasil da chamada indústria 4.0, com alto grau de automação, em que máquinas e robôs trabalham conectados em rede. "Precisamos acompanhar a evolução global se quisermos fazer carros modernos aqui", afirma.

Waze: conectividade e colaboração transformam transporte

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business



O Waze, aplicativo de mapeamento do trânsito e navegação que reúne geolocalização e dados coletados em tempo real, ganhou status de recurso indispensável para quem quer se locomover de carro nas grandes cidades brasileiras. O inverso também é verdadeiro: o País é essencial para a empresa, um de seus principais mercados.

"Somente na Grande São Paulo são mais de 3,5 milhões de usuários ativos que dirigem milhões de quilômetros por mês", conta Andre Loureiro, diretor geral da companhia no Brasil. No mundo, mais de 65 milhões de pessoas usam regularmente o recurso para se deslocar.

Sem falsa modéstia, o executivo destaca que o poder do aplicativo vai além de evitar

que as pessoas fiquem muito tempo paradas no trânsito. Ele diz que a ferramenta efetivamente reduz os engarrafamentos nos centros urbanos e é precursor de uma importante transformação:

“Há uma mudança grande no comportamento dos moradores e motoristas das grandes cidades principalmente por causa dos smartphones e da possibilidade de se estar conectado o tempo todo”, avalia.

REVOLUÇÃO NA MOBILIDADE

Segundo Loureiro, este é o começo de uma revolução na forma como as pessoas se deslocam. Ele dá o exemplo de aplicativos que permitem coordenar a oferta e a demanda de transporte público, como o Moovit, que traça rotas e informa horários de ônibus, por exemplo, e o Uber, voltado ao transporte público individual.

“Em muitos casos, já é mais fácil e barato coordenar uma alternativa de transporte do que dirigir por conta própria”, avalia. Ele aponta que as pessoas começam a ver o compartilhamento de carros com bons olhos, oferecendo até seu próprio veículo em plataformas de aluguel.

O executivo defende que o avanço da tecnologia vai intensificar ainda mais esse movimento e aumentar a eficiência de sistemas do gênero.

“Hoje o carro privado fica em média 95% do tempo estacionado”, lembra, apontando que o uso colaborativo e a tecnologia devem melhorar drasticamente este índice, com impacto em vários segmentos da economia e da logística. “Este conjunto de tendências deve pautar uma mudança estrutural nas cidades”, diz.

Apesar de ser um recurso recente, o próprio Waze - que foi criado em 2008 em Israel, um dos maiores polos globais de inovação - passou por grandes transformações para acompanhar o mercado nos últimos anos.

“Evoluímos de um aplicativo de trânsito para agente de mudança do tráfego e de inovação em mobilidade. Aproveitando insights anônimos dos usuários ativos, dos editores de mapa e dos vários parceiros de dados, o Waze compartilha base de conhecimentos de trânsito sem precedentes para melhorar a mobilidade urbana ao redor do mundo”, defende.

ESTRATÉGIA LOCAL

Loureiro diz que, por sua importância, o Brasil é um dos poucos mercados em que a empresa desenvolve recursos exclusivos. A ideia é atender a peculiaridades com ferramentas como o alerta de rodízio para veículos que circulam na cidade de São Paulo.

O executivo afirma que, para responder a estas demandas, a empresa deve fortalecer sua equipe na região. Um dos desafios, diz, é tornar mais conhecido o potencial da ferramenta de impactar nas rotas do usuário e no trânsito.

“Não imaginávamos que o Brasil iria se empolgar tão rapidamente e permanecerá como um dos países que mais usam o serviço no mundo. A receptividade do usuário brasileiro e a abertura dele para conhecer o novo é um dos motores do nosso sucesso, mas o seu hábito de compartilhar e tornar tudo uma atividade social é o que faz com que ele seja diferente dos outros”, avalia, garantindo que o objetivo é seguir investindo localmente.

Autopeças levam € 155 mi em multas da Comissão Europeia

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business



A Comissão Europeia aplicou € 155 milhões em multas às fabricantes de autopeças Behr, Calsonic, Denso, Panasonic, Sanden e Valeo pela participação em cartéis relativos ao fornecimento de ar-condicionado e componentes de arrefecimento para montadoras.

Grupo VW, BMW, Mercedes, Jaguar Land Rover, Aliança Renault Nissan, Suzuki e Volvo são as companhias afetadas. Os cartéis (quatro ao todo) ocorreram entre novembro de 2004 e dezembro de 2009.

Segundo a entidade, os seis fornecedores de autopeças reconheceram o envolvimento na prática desleal. Eles coordenaram preços e trocaram informações para o fornecimento dos itens.

A comissária Margrethe Vestager, encarregada da política de concorrência, afirmou: "A decisão reforça que não aceitamos cartéis que afetem o mercado europeu, por menores que sejam."

Jaguar Land Rover investe € 227 milhões em novo centro de design e engenharia

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business

A Jaguar Land Rover está investindo o equivalente a € 227,8 milhões (£ 200 milhões) em um novo centro de design e engenharia dentro de seu complexo industrial localizado em Warwickshire, no Reino Unido.

O projeto representa o primeiro grande projeto de construção em um local que não é dedicado à fabricação de veículos ou seus componentes em mais de uma década. O novo centro será concebido para ser tornar uma referência e um dos mais importantes da indústria em engenharia e design, visando os novos projetos que integram o plano de crescimento global da montadora.

"O novo centro de design e engenharia é a herança da inovação da Jaguar Land Rover e de sua visão para a futura tecnologia dos veículos. O novo espaço centralizará nossa concepção e engenharia de produto e de compras em um ambiente original e moderno, além de criar capacidade adicional para o futuro", disse o diretor de programas de construção e propriedades da Jaguar Land Rover, Chris Elliott.

Para a construção, a montadora conta com as parceiras Bennetts Associates, responsável pelo projeto de arquitetura, além da Laing O'Rourke, que vai desenvolver e criar todo o campus, com os centros de design, seus escritórios e o projeto de paisagismo.

Nos últimos anos, a Jaguar Land Rover investiu o equivalente a ° 12,5 bilhões em novos produtos e em suas fábricas no Reino Unido, em Castle Bromwich, Halewood e Solihull, para a introdução de novos modelos, como os Jaguar XE, XF e F-Pace, e os Land Rover Range Rover Evoque conversível e Discovery Sport.

Além disso, a empresa lembra de seus avanços em instalações industriais, como a

abertura da fábrica no Brasil, em Itatiaia (RJ), e uma nova fábrica que está em fase de construção na Eslováquia.

Volkswagen se declara culpada por dieselgate nos EUA

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business



A Volkswagen se declarou culpada pelo dieselgate nos Estados Unidos, durante uma audiência que durou mais de uma hora em Detroit, na sexta-feira, 10. De acordo com o site Automotive News, pela primeira vez em um tribunal, a montadora admitiu os crimes de conspiração, obstrução da justiça e importação de mais de 590 mil veículos com declarações falsas, que violam a regulamentação de emissões do país.

Os argumentos foram recebidos e aceitos pelo juiz distrital Sean Cox, que pediu mais tempo para avaliar o acordo firmado em janeiro de 2017 pela montadora, de US\$ 4,3 bilhões em multas (leia [aqui](#)), "dada a natureza séria dos crimes", disse o juiz, que agendou o anúncio da sentença para 21 de abril.

Se não fosse o acordo, a montadora estaria sujeita a enfrentar possíveis multas com valores entre US\$ 17 bilhões e US\$ 34 bilhões.

Em nota, a empresa declara: "A Volkswagen lamenta profundamente o comportamento que deu origem à crise do diesel. Os acordos que temos alcançado com o governo dos EUA refletem nossa determinação para combater a má conduta que foi contra todos os valores que a Volkswagen tem e que são tão caros.

A Volkswagen não é a mesma empresa que foi há 18 meses - o processo de mudança que está em andamento é o maior de nossa história, tomamos medidas significativas para fortalecer a responsabilidade, aumentar a transparência e transformar nossa cultura corporativa".

A Justiça dos Estados Unidos declarou que a companhia vem cooperando plenamente com as investigações. No acordo firmado em janeiro deste ano, a corte já havia afirmado que a montadora recolheu quantidades substanciais de evidências e coletou dados em várias jurisdições, além de realizar centenas de testemunhas tanto nos EUA quanto no exterior, compartilhando essas informações com os investigadores do governo.

Também foi creditado à empresa a recuperação de inúmeros documentos que foram suprimidos pelos funcionários logo após a Volkswagen admitir a fraude, em setembro de 2014.

O dieselgate, como ficou conhecido, diz respeito a uma fraude feita e admitida pela montadora em um software que controla as emissões de NOx em laboratórios de testes, mas não na estrada, e que afeta mais de 11 milhões de veículos das marcas do Grupo Volkswagen vendidos em todo o mundo, incluindo Audi, Seat e Skoda.

Até agora, o escândalo resultou em quase US\$ 24 bilhões em custos para a Volkswagen apenas na América do Norte, onde continua o regime de recompra: seu relatório mais recente relata que até 18 de fevereiro, a montadora já havia recomprado mais de 137,9 mil veículos e pago US\$ 2,89 bilhões para os proprietários e que cerca de 15 mil acordos estão sendo fechados por semana nos Estados Unidos.

A empresa ainda enfrenta investigações criminais em outras partes do mundo, incluindo em seu país de origem, a Alemanha, onde já realiza recall dos veículos envolvidos na fraude (leia [aqui](#)).

Harley-Davidson já vende nova Roadster 1200

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business



A Harley-Davidson já vende a nova Roadster 1200. O modelo pertencente à família Sporster, que reúne as motos de entrada da marca. A Roadster tem preço sugerido de R\$ 48,6 mil e utiliza o novo V-Twin Evolution. A fabricante não divulga a potência, somente o torque: 9,6 kgf.m. A transmissão tem cinco marchas.

A Harley-Davidson oferece taxa de 0,99% ao mês, com 50% de entrada e saldo em 12 ou 24 vezes, e garante até R\$ 3 mil de valorização em uma moto seminova utilizada como parte de pagamento. A Roadster pesa 259 quilos e tem tanque de combustível para 12,5 litros. A altura do assento é de 78,5 centímetros, pouco menor que a de uma Honda CG 160 (79 cm).

. Contrariando a tendência de queda do setor neste primeiro bimestre, a Harley teve 730 unidades emplacadas e registrou crescimento de 20,9% sobre o mesmo período de 2016.

Skoda vai liderar parceria entre Grupo VW e Tata

13/03/2017 – Fonte: Automotive Business

A fabricante tcheca Skoda, pertencente ao Grupo VW, vai liderar o projeto de cooperação entre a gigante alemã e a indiana Tata Motors. Os executivos Matthias Müller, CEO do Grupo VW, Bernhard Maier, CEO da Skoda, e Günter Butschek, CEO da Tata Motors, assinaram na sexta-feira, 10, um memorando de entendimento que constitui a base para explorar a cooperação entre as duas grandes companhias.

O primeiro passo da Skoda será conhecer o mercado indiano e o desenvolvimento local. A aliança estratégica vai reunir a experiência dos fabricantes a fim de desenvolver conjuntamente componentes e, possivelmente, veículos dedicados ao mercado indiano.

A notícia, agora confirmada e divulgada pela VW, surge no momento em que ela se empenha em ampliar sua atuação em mercados com carros de baixo custo. Em longo prazo o grupo alemão pretende expandir ainda mais seu portfólio de produtos nos mercados emergentes.

A assinatura do memorando de entendimento se enquadra no plano estratégico global de crescimento até 2025 (veja [aqui](#)) lançado na metade de 2016.

"Queremos um crescimento sustentável e rentável em regiões diferentes e por isso buscamos sistematicamente nossa estratégia de crescimento regional", comenta Matthias Müller. Maier, da Skoda, conclui: "Estamos ansiosos para tocar esse projeto em conjunto com a Tata. Ao delegar essa responsabilidade para nós da Skoda o Grupo VW reforça a grande confiança em nossa capacidade da nossa marca. Junto à Tata vamos estabelecer as oportunidades concretas de colaboração nos próximos meses."

Qualcomm e Investe SP assinam acordo no Palácio dos Bandeirantes para fábrica de chips

13/03/2017 – Fonte: CIMM

Projeto atendido pela Investe SP envolve joint-venture com a ASE para empreendimento de 200 milhões de dólares desenvolverá tecnologia 5G e internet das coisas.

O Governador Geraldo Alckmin recebeu nesta quinta-feira (9), em seu gabinete executivos da Qualcomm Incorporated e da Advanced Semiconductor Engineering (ASE) para a assinatura de um memorando de entendimentos entre as empresas e a Investe São Paulo.

O acordo reforça o apoio que a agência de promoção de investimentos dará para que as duas empresas instalem, por meio de uma joint-venture, uma fábrica de semicondutores no Estado de São Paulo, investindo 200 milhões de dólares (R\$ 600 milhões).

O empreendimento tem o foco em smartphones e aplicações relacionadas à internet das coisas, tecnologia que permite que objetos como eletrodomésticos interajam pela rede mundial de computadores.

“Esse projeto coloca o Brasil na nova revolução tecnológica, que é a indústria 4.0 e a internet das coisas. É uma importante inovação, com um investimento que vai gerar empregos e incentivar toda uma cadeia produtiva no Estado de SP”, afirmou Alckmin.

“Será a primeira fábrica de semicondutores de alta densidade da América Latina. É um tremendo passo à frente que vai inserir o Brasil e São Paulo no que há de mais moderno na tecnologia mundial, ajudando a trazer o 5G principalmente por meio de pesquisa e desenvolvimento para o lançamento de chips com a nova tecnologia de transmissão. A ideia é revolucionária: estamos entrando em um futuro onde objetos corriqueiros como geladeiras e cortinas poderão ser controlados pelo celular.

E é claro que São Paulo vai estar à frente desse avanço”, afirma o vice-governador e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

A Joint venture entre Qualcomm, ASE e USI será formada a partir da conclusão de processos burocráticos nas esferas dos governos federal e estadual. A expectativa é que isso ocorra em quatro meses. A partir daí, a fábrica será instalada em um galpão pronto na região de Campinas. Em 14 meses unidade poderá estar produzindo os primeiros semicondutores de alta densidade da América Latina e incentivando, também, a formação de uma cadeia de fornecedores locais.

“Nossa equipe está em processo de coleta de informação estratégica em um esforço conjunto para encontrar um local adequado para uma possível unidade de fabricação, caso a joint venture seja formada. Acreditamos que a qualidade da infraestrutura e do capital humano do Estado de São Paulo fazem com que ele seja o centro da cadeia de produção tecnológica na América Latina”, comenta Ermínio Lucci, diretor da Investe São Paulo.

“Nos últimos 30 anos, os produtos e tecnologias da Qualcomm Technologies criaram, apoiaram e ajudaram a acelerar a indústria móvel”, disse Cristiano Amon, vice-presidente executivo da Qualcomm Technologies, Inc. e presidente da QCT. “Como os dispositivos móveis continuam gerando um impacto positivo para a sociedade,

estamos ansiosos para apoiar a indústria de semicondutores no Brasil, seguindo com a promessa de conectar os dispositivos móveis ao nosso redor sempre”.

“Esperamos que as transações contempladas neste Memorando de Entendimento, após análise e aprovação, possam reforçar a participação do Brasil na cadeia de valor de semicondutores, e em especial atender ao ecossistema local de smartphones e desenvolver o ecossistema da Internet das Coisas,” complementa Rafael Steinhauser, vice-presidente sênior e presidente da Qualcomm América Latina.

"Como a principal empresa de montagem e teste de circuitos integrados do mundo, estamos entusiasmados com a oportunidade de expandir a nossa presença no Brasil, e gerar valor para a indústria brasileira de alta tecnologia por meio do desenvolvimento e fabricação de nossa tecnologia de SIP avançada", disse Dr. Tien Wu, diretor de operações da ASE.

Hoje, o Brasil importa 100% dos semicondutores de alta densidade, fabricados nos EUA, Alemanha, França, Coreia, Israel e China.

Parcerias

Na tarde dessa quarta-feira, os executivos das duas empresas estiveram presentes também no gabinete do Presidente da República. Lá foi assinado um memorando de entendimentos com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Services (MDIC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações S.A (BNDESPAR) e a Investe SP.

O documento reconhece que a viabilidade técnica, comercial e financeira do crescimento da cadeia de valor de semicondutores no Brasil, requer um esforço conjunto e coordenado de todas as partes para satisfazer as várias condições legais e de negócios.

Original Filter nacionaliza produção e expande fábrica em Cotia

13/03/2017 – Fonte: CIMM

A fornecedora de autopeças Original Filter está ampliando sua planta de Cotia, nacionalizando grande parte de sua produção de filtros e gerando 50 postos de trabalho. O projeto conta com apoio da Investe São Paulo, a agência de promoção de investimentos e exportação ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

Até o momento, a maior parte dos itens do portfólio da empresa – filtros de ar, óleo, combustível e hidráulicos para modelos de motores a diesel de caminhões, ônibus, utilitários, fora-de-estrada, equipamentos agrícolas, motores estacionários, etc. – era fabricada por parceiros no exterior. A nacionalização vai tornar a Original Filter menos suscetível a flutuações do câmbio e prazos externos de produção.

“Poderemos reduzir custos e ter preços mais competitivos em produtos em que o peso dos tributos e dos custos aduaneiros complicavam o negócio. Também vamos poder ter maior controle de qualidade sobre os produtos de nossa marca”, afirma Gabriel Lepera, diretor da empresa.

Para o diretor de investimentos da Investe SP, Ermínio Lucci, a expansão evidencia uma tendência do setor.

“A cadeia automotiva do Estado de São Paulo continua se desenvolvendo e se expandindo principalmente no interior do Estado, tornando-se cada vez mais complexa, o que faz com que diversos clientes da cadeia automotiva nos procurem para usufruir de todas as vantagens que a infraestrutura logística do Estado oferece”,

afirma. A agência ajudou a empresa em processos legais e com informações estratégicas.

A expectativa da Original Filter é de que a empresa cresça 40% nos primeiros 12 meses de operação com a escala ampliada. O foco será nos filtros de ar, óleo, combustível e hidráulicos para motores da linha pesada (caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos e transporte agrícola), já que esses produtos têm maior demanda no Brasil.”.

A empresa atende atualmente uma média de 350 clientes por mês. A expansão envolve investimentos de R\$ 1,5 milhão e será feita em uma área de 1,5 mil metros quadrados, sendo mil construídos.

Exportação agrega valor à marca e ajuda a expandir o mercado de venda

13/03/2017 – Fonte: Pequenas Empresas Grande Negócios

Consultor lista uma série de erros que os empresários cometem ao exportar. Primeiro grande erro é usar a mesma estratégia de venda no Brasil lá fora.

Uma maneira de agregar valor à sua marca é expandir o mercado lá fora e exportar. O consultor Paulo Rossetti listou uma série de erros que o empresário brasileiro comete na hora de exportar e apontou as soluções.

O primeiro grande erro é usar a mesma estratégia de venda no Brasil lá fora. A solução é fazer teste de aderência do produto. Ou seja, fazer uma pesquisa no país em que se planeja exportar para testar a aceitação do produto naquele mercado.

Outro erro é usar canais de venda tradicionais, como grandes redes de varejo. Para isso, a solução é buscar canais de venda alternativos.

Outro equívoco na hora de exportar é contratar distribuidor local. E outra vez isso pode ser resolvido com os canais alternativos de vendas.

Outro erro comum é focar só nos brasileiros que moram fora. Para resolver isso, é preciso conquistar os consumidores locais.

Não basta ter capital, conhecer o país ou até ter morado fora. Para exportar, o empresário tem que ter orientação profissional.

Governo planeja nova reforma do PIS/Cofins e preocupa setor de serviços

13/03/2017 – Fonte: Portal Contábil



O governo federal decidiu ressuscitar o projeto de reforma do PIS (Programa Integração Social) e do Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

A ideia de unificação dos dois tributos tinha sido apresentada no final de 2015 pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy como um primeiro passo de uma reforma tributária. A proposta recebeu críticas de empresários e entidades do setor de serviços, que alertaram para o risco de aumento dos impostos e de perda de postos de trabalho.

O PIS e a Cofins são pagos por empresas de todos os setores e ajudam a financiar a previdência social e o seguro-desemprego. O modelo atual de cobrança é complexo e existem formas diferentes de incidência do tributo, com regime não cumulativo (para empresas que estão no lucro real, que é uma modalidade de cálculo do Imposto de Renda) e o sistema cumulativo (para empresas que estão no lucro presumido), além de uma sistemática diferenciada para micro e pequenas empresas.

O presidente Michel Temer afirmou durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselhão, que até o final de março o governo pretende editar uma medida provisória para simplificar as regras do PIS e até o fim do primeiro semestre haverá uma MP para ajustar o Cofins.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicou após a reunião que a Fazenda entregará em 30 dias para o presidente uma proposta de simplificação do PIS e Cofins, e que só após esse estudo é que o governo deve definir se a mudança será enviada ao Congresso por meio de Medida Provisória. Não foram divulgados, entretanto, detalhes da proposta em estudo.

Preocupações

Tributaristas e empresários do setor de serviços temem que as mudanças impliquem em aumento de imposto e gerem mais desemprego. Segundo cálculos feitos no ano passado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a unificação do PIS e Cofins implicará em elevação de alíquotas e poderá provocar uma perda de cerca de 2 milhões de empregos no setor de serviços.

“O que não podemos ter é um aumento de alíquotas”, afirma o presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike. “Temos preocupação em ver como vai sair realmente essa medida. Se continuar da mesma forma que estava vindo, não alternado a alíquota, só separando o PIS e depois vindo com a Cofins o impacto será esse”, afirma.

O temor dos empresários do setor de serviços é que uma mudança no PIS/Confins acabe com o sistema cumulativo, com alíquota mais baixa, usado hoje por empresas em que o gasto com mão de obra costuma representar o maior custo e não conseguem se beneficiar do sistema de abatimento de créditos pelo qual as empresas descontam as compras de insumos dos impostos pagos.

“Qualquer que seja a alíquota, com certeza irá onerar o setor de serviços. Não temos nenhuma dúvida de que isso vai acontecer”, afirma Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS).

Ele também critica a intenção de lançar uma reforma do PIS primeiro e só num segundo momento mudar a Confins. “Vai ter duas bases tributárias para calcular um imposto parecido. Não vai facilitar para as empresas, vai complicar”, critica.

Como é hoje

Atualmente, a tributação de PIS e Cofins ocorre sob dois regimes: o não cumulativo (para as empresas que são tributadas com base no lucro real) e o cumulativo (para as empresas tributadas pelo lucro presumido). Há ainda uma sistemática diferenciada para micro e pequenas empresas.

As empresas que optam por ser tributadas pelo lucro real pagam 9,25% (1,65% de PIS e 7,6% de Cofins), mas abatem desse percentual o imposto pago por seus fornecedores por meio de créditos tributários.

Já as empresas sob o regime de lucro presumido pagam uma alíquota menor, de 3,65% (0,65% de PIS e 3% de Cofins). Essa categoria costuma reunir as empresas do setor de serviços, cujo maior custo costuma ser o de mão de obra e quase não tem

insumos para gerar créditos tributários para compensar o imposto maior. Daí o temor de que uma unificação de PIS/Cofins faça aumentar a carga tributária.

“A cadeia do setor de serviços é curta. O índice de custo maior é de mão de obra, que pode chegar a representar até mais de 80%”, explica Nese.

O que dizem indústria, comércio e serviços

Segundo o presidente da CNC, mudar a regra atual e tirar o regime cumulativo, implicará em aumento da carga tributária para as empresas do setor de serviços, que respondem por cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Quem vai pagar a conta será os serviços, que é hoje o setor que está garantindo a arrecadação de impostos e empregabilidade. Enquanto que quem vai se beneficiar mais seria a indústria”, afirma Nese.

Para ele, o mais adequado seria a discussão de uma reforma tributária mais ampla. “Esse fatiamento desse processo vai criar mais dificuldade do que facilidade. Temos que colocar todas as cartas na mesa e discutir todas de uma vez só”, defende Nese.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, defendeu a simplificação do PIS e do Cofins, mas disse que a mudança não pode representar um aumento das alíquotas nem prejuízo para nenhum dos setores.

“Nós defendemos completamente que não haja aumento da carga tributária e que haja uma simplificação total do pagamento dos tributos”, afirmou Braga. “Não queremos de maneira alguma onerar o setor de serviços”.

Para o vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Roberto Mateus Ordine, simplificações são sempre bem-vindas, mas será necessário estabelecer alíquotas diferenciadas para que o setor de serviços não seja prejudicado.

“Não somos contra a unificação, porque isso significa simplificação, que é o que mais se deseja. Mas somos contra qualquer tipo de aumento de carga tributária, seja direta ou indireta. Qualquer aumento de imposto será rejeitado”, afirma.

Proposta ainda está em avaliação, diz Fazenda

Questionado pelo G1 se a proposta de reforma inclui a unificação do PIS/Cofins e se implicará em aumento de carga tributária para o setor de serviços, o Ministério da Fazenda disse que a proposta “ainda está em avaliação”. “Por enquanto, não temos como confirmar se elas tratarão da unificação do PIS e Cofins”, disse em nota.

Na quarta-feira, Meirelles rebateu as críticas de entidades do setor de serviços e disse esperar que a reforma do PIS/Cofins tenha efeito positivo no mercado de trabalho, segundo informou o jornal “O Globo”.

“Eu não sei quais são as hipóteses de trabalho para levar à conclusão de que uma reforma levaria a uma perda de empregos. Não ficaria surpreso se ali estiver embutido um aumento da carga. Mas o que fizermos será feito para simplificar e melhorar”, afirmou.

Proposta do governo Dilma

Pela proposta apresentada pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o novo PIS passaria a ter 3 alíquotas (modal, intermediária e reduzida). A ideia era fazer uma reforma gradual, usando as mudanças do PIS como laboratório, inclusive quanto à calibragem de alíquotas, para em seguida incorporar a Cofins à nova contribuição. Os percentuais das alíquotas, no entanto, não chegaram a ser definidos.

Na ocasião, a Receita Federal argumentou que para evitar aumento de carga tributária seriam estabelecidas alíquotas diferenciadas e reduzidas, além da adoção do chamado "crédito ampliado", o que aumentaria as compras feitas pelas empresas que poderiam ser descontadas do pagamento de PIS e Cofins. (Com agências).

STF: ICMS poderá sair da base do PIS/Cofins

13/03/2017 – Fonte: Portal Contábil

O Supremo Tribunal Federal (STF) está perto de decidir contra o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Durante a sessão de julgamento de ontem (09/03), a relatora do processo, presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, disse que o imposto estadual tem objetivo encaminhamento à Fazenda Pública, de modo que, pelo princípio da não cumulatividade "impõe concluir que todo o ICMS deve ser excluído da base dos impostos".

O voto contrário a incidência do ICMS na base do PIS/Cofins foi seguido por cinco votos à favor. Três ministros votaram contra. Porém, o fim do julgamento foi adiado para a próxima quarta-feira (15/03).

O especialista do Dorta & Horta Advogados, Erick Miyasaki, observa que a ministra se baseou no entendimento de que não se pode considerar um imposto como parte do faturamento, ao contrário do que quer a Receita.

Segundo a relatora, apesar do ICMS ser repassado ao consumidor final – sendo parte integrante do preço do produto vendido –, o contribuinte é mero intermediário desse valor, que é repassado ao estado.

Em sentido contrário, o ministro Luiz Edson Fachin defendeu que como o ICMS gera variação positiva no balanço das empresas, independente da destinação futura. Para ele, o imposto faz parte da receita da firma e, conseqüentemente, da base do PIS/Cofins.

Foram contra a incidência do ICMS no PIS/Cofins, os ministros Carmen Lúcia, Rosa Weber, Luís Fux, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski. Os vencidos foram os ministros Luiz Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e José Dias Toffoli. Votarão na quarta Gilmar Mendes e Celso de Mello.

O tributarista do escritório Schneider Pugliese, Flávio Carvalho, conta que como Celso de Mello já externou entendimento a favor da tese da relatora, o julgamento deve acabar em seis a quatro contra a incidência. Para Carvalho, essa é uma decisão interessante por resistir às pressões políticas. "Certamente há uma contrariedade da União pelo impacto econômico", expressa ele.

De acordo com um estudo que faz parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, o fim do ICMS na base do PIS/Cofins provocará perdas de R\$ 250 bilhões ao fisco. Esse valor é o que o governo calcula que terá de desembolsar para restituir o que foi pago pelas empresas até hoje.

Já o advogado tributário do Fialho Salles Advogados, Leandro Vieira, calcula ainda que o impacto na arrecadação será de R\$ 27 bilhões ao ano por conta do imposto que deixará de ser arrecadado.

Ele ressalta ainda que todos os 10 mil processos em tramitação no Judiciário sobre o tema serão encerrados, uma vez que a decisão final terá repercussão geral. "Isso vai desafogar o Judiciário", acrescenta.

Julgamento

A questão do ICMS na base do PIS/Cofins é antiga. Em 2014, o STF votou contra a incidência do imposto, em processo de 1998. No entanto, por conta da antiguidade da ação, os ministros decidiram por não dar repercussão geral à decisão.

A ação chegou ao STF após a Imcopa Importação, Exportação e Indústria de Óleos se insurgir contra autuação do Delegado da Receita Federal de Joinville pela falta de pagamento de PIS e de Cofins sobre o ICMS.

Na primeira instância, foi aceito o mandado de segurança. A União, então, fez apelação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que decidiu pela manutenção do ICMS na base do PIS e da Cofins. A empresa foi ao STF.

Artigo: Novas ameaças à indústria

13/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Ficamos em dúvida se o governo tem a clara dimensão do risco para a própria sobrevivência não só da indústria fabricante de bens de capital, mas também de boa parte da indústria brasileira



A recessão brasileira, que persiste ao longo dos últimos três anos, tem como principal componente a forte redução de mais de cinco pontos percentuais nos investimentos.

Não é outro o motivo de o governo ter dedicado recursos e muito esforço na tentativa de induzir a retomada dos investimentos, com especial ênfase na infraestrutura. A recente redução mais significativa dos juros feita pelo Banco Central é outro importante fator a sinalizar na mesma direção.

Apesar deste esforço, os juros de mercado continuam com *spreads* de até três dígitos; o câmbio está em um patamar que, além de tirar completamente nossa competitividade na exportação, volta a subsidiar as importações; o crédito continua muito difícil; e os juros cobrados são incompatíveis com a atividade produtiva.

O faturamento das indústrias fabricantes de bens de capital em 2016 está reduzido praticamente à metade do obtido em 2013, com óbvias consequências para a saúde financeira das empresas.

O Programa de Regularização Tributária (PRT) recentemente aprovado não atende minimamente às necessidades das pequenas e médias empresas, o que impede a normalização das dívidas tributárias, deixando a maioria das indústrias à margem da legalidade fiscal e sem possibilidade de acesso a financiamentos competitivos, necessários quando da retomada do crescimento.

Já é difícil investir com o atual custo dos financiamentos

É, portanto, com surpresa que acompanhamos, ao longo das últimas semanas, notícias veiculadas pelos principais órgãos da mídia brasileira, dando conta de estudos da equipe econômica para mudar o cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada pelo BNDES como taxa básica para financiar os investimentos.

Essa discussão é extremamente inoportuna no momento em que os investimentos se apresentam, junto com as exportações, como uma das duas únicas locomotivas capazes de puxar a retomada do crescimento.

A intenção, louvável em princípio, de reduzir a diferença entre Selic e TJLP deve ocorrer, de forma virtuosa, com a aceleração da redução da taxa básica, já iniciada, que está levando o mercado a projetá-la para um dígito ainda neste ano.

Com a inflação na meta, neste e no próximo ano, a Selic poderia ser reduzida para o atual nível da TJLP já no início de 2018, eliminando completamente a necessidade de o Tesouro subsidiar futuras operações do BNDES.

A forte redução da demanda de recursos do BNDES prova que já é difícil investir com o atual custo dos financiamentos, que, somando à TJLP o custo do BNDES e do agente financeiro, chega hoje para o comprador de máquinas e equipamentos a uma taxa média da ordem de 14% ao ano, ou seja, bem mais que o retorno dos investimentos e da rentabilidade das empresas em condições normais.

Aumentar a TJLP equiparando-a a título da dívida pública significaria aumentar esse custo para mais de 18% ou 20% ao ano. Estamos falando de investimentos com retorno de longo prazo!

É evidente que este aumento de custo vai deprimir ainda mais o volume de investimentos neste momento em que estes, junto com as exportações, são as duas únicas locomotivas capazes de puxar a retomada da economia.

Um efeito colateral, não considerado, mas igualmente danoso, é que com este aumento de custo os financiamentos de equipamentos importados ficarão mais baratos que os financiamentos de bens nacionais. O efeito será a progressiva substituição da produção local, causando mais desemprego.

Para piorar o quadro, a política de conteúdo local mínimo passa a ser não somente questionada, mas parte da equipe econômica sugere simplesmente sua extinção, a ela atribuindo culpas e responsabilidades que, na realidade, são de outrem.

Como fica a contrapartida de geração de empregos e renda no Brasil, em setores onde haja subsídio do governo com recursos dos brasileiros? Como fica a geração de empregos nas cadeias produtivas de bens destinados a investimentos com benefícios fiscais subsidiados (regimes especiais)?

Vamos financiar bens importados com recursos dos brasileiros via FGTS, FAT, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Fundo de Marinha Mercante etc.? Não vamos exigir contrapartidas de geração de empregos em concessões públicas e exploração de recursos da União, principalmente quando há risco ambiental?

Como serão tratadas as assimetrias entre produzir no Brasil ou no exterior? Como ficarão os *spreads* bancários? Como ficará a falta de crédito? Vamos continuar deixando o câmbio subsidiar as importações? Exportar bens de valor agregado é prioritário? Deixaremos os financiamentos atrelados à TJLP custarem mais que o retorno das empresas?

O acúmulo de notícias negativas e a falta de respostas nos deixam em dúvida se o governo tem a clara dimensão do risco para a própria sobrevivência não só da indústria fabricante de bens de capital, mas também de boa parte da indústria brasileira, ou até se a sobrevivência da indústria de transformação não está entre suas prioridades.

Essas perguntas não são retóricas e têm de ser respondidas claramente, e não com simples declarações tranquilizadoras.

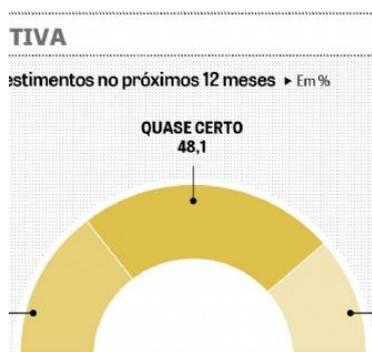
Têm de ser respondidas com ações que confirmem se efetivamente o governo entende que a indústria brasileira de transformação é indispensável à construção de um país desenvolvido, com empregos de qualidade e distribuição de renda. Se esta for a resposta, vai certamente contar com nosso esforço nesta reconstrução.

(João Marchesan é presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)).

Intenção de investimento da indústria retoma nível de 2015

13/03/2017 – Fonte: DCI

De acordo com a sondagem divulgada pela FGV, a proporção de indústrias brasileiras que preveem investir mais nos próximos 12 meses chegou a 19,9% no primeiro trimestre deste ano



A melhora das perspectivas para a economia doméstica em 2017 parece ter dado mais ânimo também para os industriais voltarem a planejar investimentos maiores, segundo levantamento divulgado na sexta-feira (10) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

De acordo com a Sondagem de Investimentos, a proporção de empresas que preveem investir mais nos próximos 12 meses chegou a 19,9% no primeiro trimestre de 2017. A última vez que o índice chegou perto disso foi no terceiro trimestre de 2015.

A proporção de indústrias que projetam estabilidade nos aportes alcançou 60,2% e daquelas que querem reduzir atingiu 19,9%.

Na pesquisa anterior, no quarto trimestre de 2016, esses percentuais haviam sido de 17,8%, 57,5% e 24,7%, respectivamente, notou a FGV.

"A definição de uma tendência de redução do grau de incerteza em relação à execução destes investimentos é também uma notícia favorável. Apesar disso, ainda existem riscos no cenário de curto e médio prazo, principalmente originados no ambiente político, que podem provocar adiamento de investimentos", avaliou, em nota, o superintendente de Estatísticas Públicas da FGV, Aloisio Campelo Jr.

A edição do primeiro trimestre de 2017 da Sondagem de Investimentos coletou informações de 673 empresas entre os dias 4 de janeiro e 28 de fevereiro.

No primeiro trimestre deste ano, as firmas também foram consultadas quanto ao grau de certeza em relação à execução do plano de investimentos para os meses seguintes. A proporção de empresas que estão certas em relação ao plano de investimentos para os próximos 12 meses (29,2%) voltou a superar a proporção de incertas (22,7%) depois de três trimestres seguidos em que a incerteza foi majoritária.

Esse foi o menor percentual de empresas incertas sobre a execução dos investimentos desde o fim de 2015. O resultado segue em linha com o Indicador Mensal de Incerteza

Econômica do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, que recuou nos dois primeiros meses do ano mas ainda está em nível muito alto em termos históricos.

A incerteza em relação ao plano de investimento das firmas industriais tende a impactar negativamente a realização de investimentos. Em termos quantitativos, foi estimado que a probabilidade de uma empresa revisar para baixo o volume de investimentos é 19% maior em empresas que estão incertas em relação à execução do plano, conforme a FGV.

Com a recessão, empresas pararam de pagar impostos

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A deterioração do cenário macroeconômico nos últimos anos obrigou as empresas, sobretudo as pequenas e médias, a escolherem entre o pagamento de fornecedores ou o recolhimento de impostos. Na opinião do economista Juarez Rizzieri, professor sênior da Faculdade de Economia e Administração da USP, a decisão geralmente pende para o lado da sonegação.

“Normalmente, a empresa para de pagar os impostos municipais e estaduais e tenta ao máximo pagar as dívidas com a Receita Federal, onde ela sabe que a punição é rápida e maior. Mas essa busca pela sobrevivência vem destruindo a segurança jurídica do ambiente corporativo”, diz o especialista.

No caso de Humberto Gonçalves, dono de uma indústria de forja e estamparia há 24 anos na cidade de São Paulo, a recessão levou à suspensão completa de pagamento de impostos.

“Os últimos quatro anos estão críticos. Teve um mês em que eu não consegui pagar o ICMS de 18%. No outro mês eu estava, portanto, devendo o novo mês, o mês passado e mais 20% de juros pelo atraso. Daí para frente, a situação se desenrolou como uma bola de neve”, conta ele, que contabiliza uma dívida de mais de R\$ 1 milhão em impostos.

Para Marcio Morgado, da rede de franquias Nat Fruit Ice, as dívidas com o Fisco resultaram na perda de crédito com os fornecedores. “Eu vivo de revender produtos para os franqueados e da cobrança dos royalties sobre a receita deles. Mas parei de cobrar royalties, se não eles quebram, tenho de comprar tudo à vista. Se pagar os impostos, não tenho o que vender.”

Setor

Por ramo de atividade, a pesquisa do Ibracem e da FGV-SP aponta as empresas de comércio como líderes em irregularidades – só 4% dos empreendimentos não têm pendências. O ramo industrial vem na sequência, com 91,83% de negócios irregulares, empatado com o setor de serviços. O problema atinge até empresas de auditoria e contabilidade, que teoricamente têm no controle da burocracia e do pagamento de impostos sua atividade principal.

Quase 90% delas têm hoje algum tipo de irregularidade, incluindo as multinacionais de auditoria, como a americana Grant Thornton. A empresa tirou uma certidão negativa em novembro, com validade de seis meses. No entanto, consta em seu registro uma pendência na prefeitura de São Paulo.

“Nós temos um parcelamento na prefeitura e, em virtude disso, não é possível fazer a emissão da certidão de maneira online”, diz o sócio da área de tributos da empresa, Murilo Pires. “É por esse motivo que temos uma certidão válida e, na medida em que está para vencer, é preciso levar ao conhecimento do órgão, apesar de ele já ter essa informação, mostrar todos os documentos que estamos honrando com o pagamento para que seja possível a emissão de uma nova certidão”, explica Pires, que faz um

paralelo do ambiente de negócio do País com o da Índia. "Sem dúvida, (o Brasil) é um País complexo."

86% das empresas brasileiras operam com pelo menos uma irregularidade

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Lindolfo Paiva tem uma rede de franquias com 77 unidades. Para dar conta da documentação e dos impostos, contratou três escritórios de contabilidade e montou um departamento jurídico. Mas, na semana passada, soube pela reportagem do 'Estado' que sua empresa estava operando de maneira irregular, segundo apontamentos no site da Secretaria da Fazenda da Prefeitura de São Paulo.

"Não consigo imaginar onde ou como estou devendo", afirma. "Não acho que seja (falta de pagamento de) imposto. Deve ser algum papel que a contabilidade deixou de entregar", explica ele, que diz sempre participar de licitações e, para evitar problemas, retirar pelo menos duas vezes por ano certidões negativas de débitos. "Mesmo assim, algumas vezes eu quase perdi o prazo porque foram apontados débitos que, como agora, não sabíamos explicar."

Segundo pesquisa da FGV-SP, Lindolfo Paiva não é exceção, mas regra. A quantidade de documentos, alvarás, taxas e também a inadimplência motivada pela queda no faturamento das empresas, consequência da recessão econômica, fazem com que 86% das quase 18 milhões de empresas brasileiras ativas tenham pendências com os órgãos de fiscalização municipais (secretarias da Fazenda), federais (Receita Federal) ou com o FGTS. A fiscalização estadual não entrou na pesquisa.

Com isso, quase nove entre dez empresas estão, na prática, impedidas de obter certidões negativas de débito, documento que, além de valer para a nota de crédito das empresas no mercado financeiro, é necessário para a obtenção de linhas de financiamento em instituições de fomento, como o BNDES, bancos públicos ou para participar de licitações e concorrências, públicas ou privadas.

O estudo da FGV-SP foi encomendado pelo Instituto Brasileiro de Certificação e Monitoramento (Ibracem). Aplicado a uma base de 2.550 empresas, traz o duro retrato de como estava a situação fiscal e contábil dos empreendimentos de diferentes portes e segmentos.

Os dados foram coletados ao longo de duas semanas em fevereiro de 2016 e atualizados em outras duas semanas em fevereiro de 2017. A margem de erro, segundo os coordenadores, é de 1,94%, para cima ou para baixo.

"Os resultados dos levantamentos de 2016 e 2017 são praticamente idênticos, com 85,84% em 2017 e 86% em 2016. O fato revela que, possivelmente, a maioria dos empresários não acompanha e não tem conhecimento da situação de regularidade de suas empresas", diz Julio Botelho, diretor de contabilidade do Ibracem.

Sobrevivência. O estudo não explora os tipos de irregularidades, tornando impossível apontar o que é de natureza tributária ou de obrigações contábeis. Na opinião do economista Robson Gonçalves, da FGV-SP, a explicação vai além da capacidade de quitar os 92 impostos, taxas e contribuições vigentes no País.

"Não podemos descartar a recessão, que faz com que a empresa deixe de pagar impostos para financiar sua sobrevivência. Mas tem também o volume de responsabilidades acessórias, de documentos e taxas que é bastante alto e representa um custo importante para o empresário", diz.

Na avaliação do advogado tributarista e presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Hamilton Dias de Souza, é praticamente impossível manter uma

empresa 100% regularizada o tempo todo no Brasil. "O que eu vejo é um profundo desequilíbrio da relação entre o Fisco e o contribuinte", diz ele, que aponta três grandes causas para o baixo índice de negócios enquadrados dentro da legislação brasileira.

"Para começar, o sistema tributário cria problemas de interpretações enormes. Depois, há a quantidade absurda de tributos. Por fim, uma visão fiscal que não é isenta. A fiscalização, principalmente federal, é quase que orientada para encontrar defeitos e multar a empresa", diz.

Para agradar a aliado, Temer reforça poder de pasta da indústria

13/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente Michel Temer decidiu transferir para o domínio do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) as secretarias de Aquicultura e Pesca e da Micro e Pequena Empresa.

Hoje, elas estão sob o guarda-chuva do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Governo da Presidência da República, respectivamente.

As mudanças são uma forma de acalmar o PRB, afirma um auxiliar presidencial. O partido compõe a base de Temer e comanda a pasta desde o início de seu governo. O decreto com as modificações deve ser publicado em breve.

O titular da Indústria, Marcos Pereira, ficou descontente com a decisão do Planalto de revogar o decreto que tirava o controle da Camex (Câmara de Comércio Exterior) do Itamaraty, passando-o para as mãos do Mdic. O recuo ocorreu após pressão do novo chanceler, Aloysio Nunes (PSDB), que não fora avisado previamente da mudança.

Para contornar o desgaste com o PRB, dono de uma bancada de 24 deputados, e evitar uma reação da sigla em meio às negociações para a aprovação da reforma da Previdência, Temer propôs a reorganização, turbinando a estrutura do Mdic.

Marcos Pereira, presidente licenciado do PRB, confirma o acordo para a transferências das secretarias, mas diz que não se trata de uma compensação. "O presidente está cumprindo, no timing que a política permite, compromissos anteriormente assumidos", afirmou à Folha.

Segundo ele, a indústria da aquicultura já vinha defendendo a mudança. O PRB tinha comando do extinto Ministério da Pesca e foi responsável pela indicação do atual secretário da Aquicultura e Pesca, Dayvson de Souza.

"Já a Secretaria da Micro e Pequena Empresa retorna ao Mdic, de onde, aliás, nunca deveria ter saído", afirmou.

O órgão compôs a estrutura do Mdic até 2013, quando ganhou status de ministério.

CAMEX

Temer prometeu ainda, em até 40 dias, retornar o controle da Camex ao Mdic. A nova mudança também foi sinalizada por Aloysio.

Juntas, as transferências dão mais força à pasta, que foi bastante desidratada assim que Temer assumiu o poder.

Para atender ao PSDB, que, sob o comando de José Serra, ficou com o Itamaraty, o presidente tirou do Mdic a Camex e a Apex, agência encarregada de promover bens e serviços brasileiros no exterior. Também tirou da pasta o BNDES, que passou para o Planejamento, controlado pelo próprio PMDB de Temer.

Internet ajuda pequeno empresário a sondar mercado

13/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O empresário Rafael Cifu na sede de sua empresa, que vende sachês de sal do Himalaia, em SP

Fazer uma pesquisa de mercado é uma das primeiras tarefas de um empreendedor na hora de abrir uma empresa. E com a evolução dos levantamentos on-line, elas estão cada vez mais acessíveis.

A facilidade para chegar ao público-alvo pela internet tem levado pequenos empresários a entrarem nesse segmento, oferecendo estudos a preços mais baixos. É o caso do publicitário Davi Bertoncello, 32. Ao lado de um sócio, ele abriu há sete anos a Hello, com planos de oferecer apenas a pesquisa digital. Mas a ideia enfrentou resistência no mercado e ele passou a fazer também a opção presencial.

"Até 2015, a maioria das pesquisas que fazíamos era no modelo tradicional, mas ano passado isso começou a virar", afirma. Atualmente, 65% dos levantamentos da empresa são on-line.

Segundo ele, a mudança ocorreu porque o modelo pela internet é mais barato. "No fim das contas, a metodologia digital é muito buscada pelo custo-benefício", afirma. Uma pesquisa pelo computador custa até três vezes menos que uma semelhante no modelo tradicional, diz ele.

"Outra vantagem é o tempo. Conseguimos fazer uma pesquisa mais rápida do que em outras metodologias", afirma Pierre Abou Roujaili, gerente comercial da PiniOn. A empresa, criada em São Paulo há 4 anos, faz levantamentos pelo celular.

Avener Prado/Folhapress



Davi Bertoncello, sócio da empresa de pesquisa em seu escritório em SP

As duas empresas garantem que, em pesquisas de mercado, os resultados obtidos de maneira virtual são tão confiáveis quanto os de entrevistas presenciais. Apenas nos levantamentos de opinião, como intenção de votos, é que ocorrem discrepâncias.

Para Dirceu Tornavoi, professor do curso de administração da USP em Ribeirão Preto, quem contrata uma pesquisa virtual precisa estar atento a alguns pontos.

"O problema do questionário on-line é o controle sobre a amostra. Se tem uma base de dados bem formulada, é possível equacionar isso", afirma ele, que coordena um projeto no qual alunos da universidade realizam pesquisas para empresários locais.

PLANEJAR

Além de contratar uma pesquisa, o pequeno empresário também pode fazer ele mesmo o estudo. Nesse caso, é preciso alguns cuidados, diz o consultor do Sebrae-SP Edgard Neto. "Não adianta fazer por fazer, o empreendedor precisa pensar antes como vai usar os dados."

O empresário Rafael Cifu, 26, decidiu fazer ele mesmo o estudo quando foi abrir sua empresa de comida saudável, a Jumbai.

Ao lado do sócio e das respectivas mulheres, passou um ano frequentando eventos do setor para perguntar aos participantes o que achavam de sua ideia —oferecer sachês de sal rosa do Himalaia em restaurantes.

"Também entramos em comunidades no tema no Facebook e mandamos questões", afirma. No fim, o levantamento mostrou que o projeto era viável economicamente.

"Fomos então aos restaurantes, para saber se eles estavam interessados e qual o preço poderíamos cobrar". Com tudo feito, o produto foi lançado há cinco meses em São Paulo. O objetivo para este ano é levar o sachê para as mesas de todos os Estados.

A tecnologia está transformando o emprego, e o Brasil tem de se preparar

13/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ninguém tem dúvida de que a redução dos níveis de desemprego no Brasil, que atinge quase 13 milhões de pessoas, deve ser colocada no topo da lista de prioridades do país. Só a volta do crescimento econômico levará a uma retomada no ritmo de contratações.

A ânsia em recuperar a economia e minimizar as consequências do problema são plenamente justificáveis. Não deve, contudo, turvar nossa visão para os efeitos da revolução tecnológica ora em curso sobre o mercado de trabalho e a premência das ações para enfrentar tal desafio.

A indústria 4.0 (ou manufatura inteligente) está transformando a forma de produzir, distribuir e consumir produtos e serviços e, por tabela, exigindo novas habilidades da mão de obra e redesenhando as relações de trabalho.

Ainda não é possível definir com precisão o reflexo disso no emprego. Segundo estudos como o produzido pelo Citibank e a Universidade de Oxford com dados do Banco Mundial, o efeito será devastador. A conclusão é que 47% dos empregos nos EUA estão ameaçados. Nos países da OCDE e na China, os índices vão a 57% e 77%, respectivamente.

O World Economic Forum também traça um quadro dramático ao estimar que 65% das crianças que cursam atualmente o ensino primário vão trabalhar no futuro em profissões que hoje ainda não existem.

Outra linha de visão traça um futuro menos desalentador. O Instituto Global McKinsey acredita que apenas 5% das ocupações hoje conhecidas enfrentam risco de extinção, mas adverte que a confirmação dessa projeção depende de uma acelerada adaptação dos trabalhadores.

A experiência mostra que parte dos profissionais desempregados pelo avanço da tecnologia encontra ocupação em atividades geradas por essa própria evolução, migrando do universo da produção física para o setor de serviços. Isso demandará iniciativas públicas e privadas para reciclar a mão de obra e desenvolver novas capacitações.

Inevitável também é a metamorfose nas relações de trabalho, com predominância dos chamados empregos fragmentados, ou seja, carreiras mais voláteis com ocupações temporárias vinculadas a projetos específicos e com prazo determinado. Na área de TI, esse formato de trabalho já é comum, inclusive por vontade dos mais jovens. Nesse ambiente, o trabalho baseado no vínculo empregatício perderá espaço.

Esse fenômeno, que já é fato e não apenas projeção, deve servir de estímulo para acelerar as reformas em discussão no país, sobretudo a previdenciária e a trabalhista, duas áreas fortemente impactadas.

Estamos atrasados nesse processo, tanto que tais reformas, embora urgentes e mandatárias, foram concebidas com base numa realidade já superada pelos avanços tecnológicos, cujos indícios se manifestam com força crescente na sociedade.

Cabe, então, a pergunta: o que fazer para que o país não seja atropelado pelas mudanças tecnológicas, como ocorreu em outras ocasiões?

Uma ação prioritária é investir numa nova grade curricular nas escolas brasileiras, dando ênfase às matérias que educadores resumem no acrônimo STEM (Science, Technology, Engineering, and Mathematics) e na proficiência em inglês, idioma predominante no universo digital.

Da mesma forma, caberá ao governo criar programas de proteção para trabalhadores que, por motivos diversos, não conseguirão se adaptar ao mercado de trabalho em sua nova configuração.

As lideranças públicas (e privadas) precisam demonstrar visão estratégica para formular políticas adequadas às demandas de um futuro que rapidamente se aproxima do presente.

Agências da Caixa abrem mais cedo no início da semana para saque do FGTS

13/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro podem retirar dinheiro de contas inativas



Seguindo o ritmo de horários especiais para atender quem pode sacar o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), a Caixa Econômica Federal abrirá mais cedo todas as agências nesta segunda (13) e terça-feira (14). Trabalhadores que nasceram em janeiro e fevereiro e possuem saldo em contas inativas começarão a ser atendidos às 9h no início dessa semana.

O saque para quem nasceu nos dois primeiros meses já é possível desde a última sexta-feira (10) e estima-se que, só nesse primeiro dia, 3,3 milhões de pessoas já foram atendidas, incluindo operações em agências e transferências automáticas. Pessoas nascidas nos demais meses devem consultar o calendário de divulgação do banco.

No sábado (11) também teve horário especial, das 9h às 15h, especialmente para atender quem pretendia sacar o dinheiro do FGTS. Em Curitiba e Região Metropolitana foram 49 agências funcionando e com movimentação intensa. Em alguns pontos da cidade a espera foi de duas horas.

70% de quem tem direito já sacou

Na segunda-feira um balanço oficial dos dois primeiros dias de atendimento deve ser divulgado pela Caixa. A estimativa do banco, porém, é de que até o momento quase 70% das 4,8 milhões pessoas nascidas em janeiro e fevereiro e que possuíam contas inativas já sacaram o dinheiro.

Os dados preliminares da Caixa também mostram que foram retirados R\$ 3,8 bilhões. Desse montante, R\$ 2 bilhões foram depositados diretamente em contas correntes e poupanças do banco. Ainda de acordo com o balanço, restam cerca de R\$ 3,1 bilhões para serem sacados.

Liberção do FGTS pode melhorar crédito e destravar consumo

13/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Levantamento do SPC Brasil e de lojistas mostra que 38% das pessoas que vão sacar o fundo pretendem usar o dinheiro para pagar dívidas



Analistas já veem a possibilidade de o FGTS contribuir para a retomada do consumo, ainda que num segundo momento. Após o uso inicial dos recursos para a redução da inadimplência, uma melhora do perfil do crédito pode favorecer a abertura de novas linhas de financiamento.

Dos R\$ 43,6 bilhões disponibilizados, nem tudo será sacado, dizem os profissionais, ao justificar que a ajuda positiva dos recursos será mais significativa mais adiante. "Supondo que sejam sacados R\$ 31 bilhões e considerando o resultado do PIB de 2016 (R\$ 6,266 bilhões), o recurso corresponde a 0,5% do PIB. Esse impacto é relativamente pequeno", reconhece o economista Alex Agostini, da Austin Ratings. "A grande relevância dessa verba é que ajuda a melhorar a solvência das famílias", destaca.

Para a economista-chefe da Rosenberg & Associados, Thaís Zara, "a retomada dos níveis de consumo deve ser percebida mais ao longo do ano, se valendo da combinação entre a melhora do perfil do tomador e a queda dos juros básicos da economia".

Levantamento do SPC Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) com as pessoas que pretendem sacar os fundos mostra que o dinheiro deve ser destinado ao pagamento de dívidas em 38% dos casos. Entre as classes C, D e E, essa parcela sobe para 44%.

"Esse dinheiro (das contas inativas do FGTS) pode ajudar o cidadão afetado pela crise a limpar o nome e recuperar seu crédito", avalia o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Junior. "Reduzir a inadimplência traz um impacto positivo sobre a economia, o que resulta em menores taxas de juros cobradas ao consumidor", acrescenta.

"O volume entre R\$ 30 bilhões a R\$ 35 bilhões que o governo estima que será sacado das contas inativas do FGTS tem elevado potencial de reduzir a inadimplência das famílias", corrobora o economista João Moraes, da Tendências Consultoria. Ele lembra que o montante representa 23% das dívidas em atraso registradas pelo Banco Central na carteira de pessoa física em dezembro. "É portanto bastante relevante para provocar redução nos calotes", avalia.

A eventual redução da inadimplência, afirma Agostini, traria repercussões positivas sobre a oferta de crédito no País, conseqüentemente influenciando a atividade econômica. "Poderia ocasionar em uma redução da Provisão para Devedor Duvidoso (PDD), dando mais fôlego e melhorando o caixa dos bancos, que por sua vez teriam condições de oferecer empréstimos com taxas melhores", disse. Para ele, a medida tem potencial para criar uma dinâmica positiva na economia, favorecendo o consumo mais adiante.

O economista Ricardo Faria, da Lopes Filho & Associados, concorda que a liberação dos recursos do FGTS pode ter algum reflexo nos juros cobrados pelos bancos, mas por um fator diferente à redução do PDD. "A quitação de dívidas é ótima para a saúde financeira dos bancos e terá algum impacto na inadimplência, mas o efeito disso sobre os juros acaba sendo marginal.

A competição entre as próprias instituições pode influenciar mais as taxas", afirmou, explicando que parte dos consumidores atualmente sem acesso a crédito poderá voltar ao mercado em busca de financiamentos e que as instituições podem disputar essa carteira de clientes. Para Faria, mais relevante na redução do custo de financiamento no País é o processo de corte da Selic, já em curso.

Estoque de crédito

Thaís Zara, da Rosenberg, alerta que diante do estoque de crédito no País, mesmo que a totalidade dos recursos inativos seja destinada ao pagamento de dívidas, a inadimplência ainda deverá recuar mais para que os efeitos sejam mais significativos sobre as taxas.

Dados do Banco Central mostram que, quando descontados empréstimos imobiliários, o endividamento total das famílias brasileiras no acumulado de 12 meses encerrados em dezembro ficou em 23,6% da renda anual, com comprometimento da renda para o pagamento de dívidas contraídas no Sistema Financeiro Nacional (SFN) em 19,1%.

O economista Alex Agostini, da Austin, afirma que, para uma recuperação mais robusta do consumo, o endividamento das famílias deveria recuar para níveis menores. O primeiro semestre de 2007 foi citado como exemplo.

À época, o endividamento total das famílias estava em torno de 20% da renda anual, com comprometimento médio da renda em 17,4%, de acordo com Agostini. O cálculo do BC leva em conta o total das dívidas dividido pela renda no período de 12 meses e incorpora os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) contínua e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE.

Pela Medida Provisória 763/2016, que autorizou a iniciativa, tem direito a retirar o saldo das contas inativas o trabalhador que pediu demissão ou foi demitido por justa causa até 31 de dezembro de 2015. O cronograma de saques é escalonado, dividindo os trabalhadores pelo mês de aniversário e começando pelos aniversariantes de janeiro e fevereiro. Os saques começaram na sexta-feira (10).

FGTS liberou R\$ 3,8 bilhões no primeiro dia de saques

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Caixa Econômica Federal informou que 3,3 milhões de brasileiros sacaram ou receberam em conta R\$ 3,8 bilhões no primeiro dia de pagamento das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Segundo a Caixa, foram ainda emitidas ontem 512 mil senhas de trabalhadores apenas em busca de informação nas agências.

Balanco divulgado neste sábado cita que a maioria do dinheiro foi transferido automaticamente. Ao todo, 1,9 milhão de trabalhadores que fazem aniversário em

janeiro e fevereiro receberam automaticamente R\$ 2 bilhões em conta ou poupança porque já têm relacionamento bancário com a Caixa.

Outros 1,4 milhão de trabalhadores foram aos pontos de atendimento – agências, lotéricas, correspondentes e caixas eletrônicos – e sacaram R\$ 1,8 bilhão no primeiro dia para os saques. Neste sábado, 11, mais de 1,8 mil agências do banco federal abrirão as portas entre 9h e 15h para atendimento exclusivo sobre o FGTS.

Governo recebeu 239 denúncias contra empresas que não depositaram FGTS

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo recebeu 239 denúncias de problemas com o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desde que foi anunciada a liberação do saque das contas inativas, informou nesta sexta-feira, 10, o Ministério do Trabalho.

Se o trabalhador constatar que não teve o FGTS depositado corretamente, pode formalizar denúncia contra a empresa. Segundo o chefe da Divisão de Fiscalização do FGTS no Ministério do Trabalho, Joel Darcie, a denúncia fica registrada como anônima, evitando possíveis prejuízos ao emprego.

“Ele pode procurar o sindicato representante da categoria profissional ao qual ele pertence ou uma superintendência, agência ou gerência do Ministério do Trabalho na cidade dele”, orientou.

Segundo a Lei 8.036/1990, todos os empregadores são obrigados a depositar, em conta bancária vinculada, o correspondente a 8% da remuneração do trabalhador no mês anterior.

Nesse percentual devem ser incluídos cálculos referentes a comissões, gorjetas e gratificações. Os depósitos do FGTS devem ocorrer mensalmente até o dia 7. Quando a data não cair em dia útil, o recolhimento deverá ser antecipado. Além disso, as empresas são obrigadas a comunicar mensalmente os empregados sobre os valores recolhidos.

Para conferir se a empresa está depositando o FGTS, basta tirar um extrato atualizado da conta vinculada do FGTS. O documento pode ser obtido em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, de posse do Cartão do Trabalhador, ou da Carteira de Trabalho e o cartão ou número do PIS. Também é possível fazer isso baixando o aplicativo do FGTS no smartphone.

A Caixa só tem as informações a partir de maio de 1992. Caso o trabalhador tenha sido admitido na empresa antes dessa data, ele deve verificar na Carteira de Trabalho, na parte FGTS, qual era o banco anterior e solicitar o extrato. Com o extrato em mãos, é possível verificar se todos os meses trabalhados tiveram depósito em conta.

Caso a empresa não cumpra a obrigação, o trabalhador pode fazer a denúncia em um órgão do Ministério do Trabalho. Os documentos necessários são apenas carteira de trabalho e o extrato da conta vinculada do FGTS.

O trabalhador também tem a opção de oferecer denúncia ao Ministério Público do Trabalho ou ingressar com reclamação na Justiça do Trabalho. Nos casos em que a empresa não exista mais, o trabalhador pode ingressar com uma ação trabalhista na Justiça do Trabalho e requerer o pagamento do FGTS devido.

O Ministério do Trabalho faz regularmente o confronto de informações entre os sistemas informatizados do Ministério do Trabalho e os da Caixa Econômica Federal. Desse procedimento, também surgem constatações de irregularidades nos depósitos de FGTS, que recebem os encaminhamentos necessários.

O saque de contas inativas foi liberado pela Medida Provisória 763/16, assinada pelo presidente Michel Temer em 23 de dezembro do ano passado. O trabalhador poderá sacar os valores depositados em todas as contas cujo contrato de trabalho estava extinto em 31/12/2015.

A Caixa criou um site com todas as informações sobre a MP e divulgou um calendário de pagamento, que começou a valer a partir desta sexta-feira (10), para os nascidos em janeiro e fevereiro.

Carlyle abre captação de recursos para investir na América do Sul

13/03/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O fundo de private equity Carlyle abriu uma nova captação de recursos. O destino não é apenas o Brasil, mas engloba a América do Sul. Procurado pela coluna, o Carlyle, não quis se manifestar sobre o assunto.

A nova captação ocorre em um momento em que os fundos de private equities, que compram participações em empresas, se mostram muito ativos no Brasil.

A carteira de empresas em que a gestora mantém investimentos no país inclui as lojas de móveis Tok Stock, o grupo de hospitais Rede D'Or, e a cadeia de varejo de brinquedos RiHappy.

Havia uma expectativa no mercado de que a gestora americana começasse a se desfazer de alguns desses ativos, ao menos daqueles adquiridos já há algum tempo, por meio de ofertas de ações na Bolsa, como foi feito com a parcela que tinha na CVC. A gestora também havia indicado que novas captações ficariam para 2018.

Mas o comércio em geral ainda não viu uma retomada significativa das vendas, o que pode estar postergando a decisão de saída dos ativos.

Em vez de venda, por ora, o fundo resolveu tomar fôlego para ir às compras.

A última captação anunciada do Carlyle para um fundo local de private equity foi de R\$ 700 milhões, fechada em março de 2015. Ficou abaixo da expectativa inicial de levantar R\$ 1 bilhão.

Os recursos foram obtidos, principalmente com fundos de pensão do país, em parceria com o Banco do Brasil.

Editoria de arte/Folhapress

PRESENÇA NO BRASIL

Empresas que receberam aportes do fundo

Ativos em carteira	Data de aquisição
Scalina	set.2010
Ri-Happy	fev.2012
Orguel Adm. e Participações	ago.2012
Estok Comércio	nov.2012
Rede D'Or	mai.2015
Tempo Participações	nov.2015
Uniasselvi	fev.2016

Fonte: Carlyle

Inflação abaixo do esperado derruba juros futuros

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A percepção de alívio inflacionário generalizado e consistente, como retratado no IPCA de fevereiro, elevou a possibilidade de cortes mais agressivos na taxa Selic, a começar pela reunião de abril.

Além disso, o recuo nas expectativas de inflação colabora com a avaliação de que o Banco Central (BC) deve antecipar o ciclo de flexibilização monetária, contribuindo para um juro mais baixo no fim de 2017. É o que mostra pesquisa do Projeções Broadcast realizada logo depois da divulgação do IPCA.

De 33 participantes, 27 esperam que o BC reduza o juro básico em 1 ponto porcentual em abril. Seis ainda estimam que a Selic será cortada em 0,75 ponto porcentual no encontro de abril, passando de 12,25% para 11,50% ao ano. Para o fim de 2017, as expectativas para Selic vão de 8% a 10%.

Com a inflação abaixo do previsto e as expectativas de queda mais agressiva da Selic, os juros futuros fecharam ontem com forte recuo. O contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para julho de 2017 caiu de 11,32% para 11,23%, e a taxa do DI para janeiro de 2018 foi de 10,25% para 10,08%. A taxa do DI para janeiro de 2019, por sua vez, caiu de 9,80% para 9,58%.

Captação líquida de fundos em fevereiro é a maior desde 2002

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A captação líquida (diferença entre depósitos e saques) dos fundos de investimento somou R\$ 20,7 bilhões em fevereiro, o maior volume para o mês desde o início da série histórica, em 2002, segundo divulgou nesta sexta-feira, 10, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Com isso, a indústria de fundos acumula R\$ 61,1 bilhões de ingresso líquido no primeiro bimestre.

Os fundos de renda fixa registraram captação líquida de R\$ 10,1 bilhões em fevereiro. A única classe que anotou saída líquida foi a cambial, de R\$ 47,7 milhões.

Em termos de rentabilidade, os fundos de ações do tipo Small Caps registraram ganho de 5,09% em fevereiro, acumulando a maior valorização da indústria para o bimestre, de 15,31%, enquanto o tipo Ações Indexados teve alta de 10,51%.

Ofertas de ações

As ofertas de ações realizadas em janeiro e fevereiro deste ano somaram R\$ 5,6 bilhões, o maior volume para o período desde 2007, quando as operações de renda variável somaram R\$ 7,1 bilhões, segundo dados da Anbima.

Ao todo foram três operações: a oferta subsequente (follow on) da CCR, de R\$ 4 bilhões, e duas ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês), a da Movida Participações (R\$ 645,2 milhões) e a do Instituto Hermes Pardini (R\$ 877,7 milhões). Nesse intervalo, no entanto, a Unidas, cancelou seu IPO depois de não encontrar demanda de investidores.

Já as ofertas de títulos de renda fixa no mercado internacional permaneceram na liderança das captações das companhias brasileiras, segundo a entidade. Em fevereiro, as operações externas somaram US\$ 2,5 bilhões e começaram pela captação da Embraer, de US\$ 750 milhões com a emissão de um título de 10,1 anos de prazo.

Na sequência, Vale e Rumo levantaram US\$ 1 bilhão e US\$ 750 milhões, respectivamente. No bimestre essas operações somaram R\$ 7,7 bilhões. Outra emissão externa foi realizada pela Petrobras, em janeiro.

Bancos ofertam opção de renda variável com capital garantido

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ano de 2016 rendeu mais um passo na evolução do Certificado de Operações Estruturadas (COE), uma aplicação voltada para quem deseja ter os ganhos de produtos mais arriscados, mas busca também limitar prejuízos. A perspectiva de queda da Selic pode impulsionar o avanço do produto este ano, uma vez que o juro básico não deve mais garantir os ganhos robustos vistos na renda fixa no passado.

Segundo balanço da Cetip, a emissão de COEs em 2016 movimentou R\$ 9,5 bilhões, um crescimento de 9,2% em relação aos R\$ 8,7 bilhões produzidos em 2015. O estoque também ficou em R\$ 9,5 bilhões, avançando 23,4% sobre os R\$ 7,7 bilhões disponíveis no mercado em 2015, uma vez que muitos títulos venceram no ano passado.

O produto continua voltado para a alta renda. Entre os principais bancos emissores, a aplicação mínima é de R\$ 25 mil no Itaú, R\$ 20 mil no Bradesco, e R\$ 15 mil no Santander.

O COE é uma operação que funciona como uma espécie de “trava”. Montado a partir de outros ativos – como Bolsa, dólar, índices de inflação ou de ações no exterior -, ele permite ao investidor participar de movimentos de alta, porém com um teto para ganhos.

Em caso de queda desses ativos, o instrumento pode garantir a devolução do valor investido, às vezes corrigido pela inflação. No entanto, o investimento é de baixa liquidez e não garante o montante aplicado em caso de resgate antes do prazo. A tributação segue o prazo das aplicações, que varia entre nove meses e dois anos, conforme a estratégia.

Há apenas três anos no mercado, os COEs não atraem tanto quanto o Certificado de Depósito Bancário (CDB) e as Letras de Crédito Imobiliário e Agrícola (LCIs e LCAs).

Apesar de haver aplicações a partir de R\$ 1 mil, o produto ainda não decolou porque concorria com o juro básico alto, que garantia ganhos robustos para títulos de renda fixa sem muito esforço, explica o superintendente de produtos da Cetip, Fábio Zenaro. Porém, esse cenário deve mudar: “Com a perspectiva de queda da Selic, o investidor precisa começar a fazer mais contas.”

Além disso, em 2016, a venda de COEs foi liberada para bancos e corretoras que não montam esses produtos, o que amplia seu alcance.

No Itaú, que detém participação de cerca de 50% desse mercado, os COEs mais emitidos nos últimos três anos foram os atrelados à Bovespa, ao câmbio e à inflação. “Lá atrás, tínhamos um cenário de incerteza e o COE era uma alternativa para oferecer proteção”, diz Luciano Diaferia, superintendente de produtos do banco. Responsável por mesas e produtos no Itaú, Eric Altafim diz que há COEs que superaram o CDI – taxa que baliza investimentos mais conservadores – em até 120% nesse período.

Na média do mercado, porém, 43% dos COEs que venceram em 2016 renderam abaixo do CDI, conforme o balanço da Cetip. Esse resultado foi influenciado pelas aplicações que, além de proteger o principal, garantem uma correção do valor investido pela inflação em caso de revés na estratégia. Isso acaba comprometendo o limite máximo de ganhos. “Quanto mais garantias se der de um lado, menos

alavancagem poderá haver do outro”, diz Paulo Waack, diretor de Tesouraria do Bradesco.

A possibilidade de entrar na renda variável com garantia de capital deve atrair mais investidores em 2017, segundo Simon Peled, superintendente de vendas da Tesouraria do Santander. “O COE facilita o acesso a estratégias antes disponíveis só para o investidor institucional.”

Novas regras do rotativo do cartão podem elevar pagamento mínimo

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Quatro dos cinco principais bancos brasileiros de varejo – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander – já anunciaram as novas regras para uso do rotativo do cartão de crédito. Antes do novo sistema entrar em vigor, em 3 de abril, as instituições financeiras correm para comunicar as mudanças e tirar dúvidas dos clientes. O pagamento mínimo da fatura poderá incluir parte ou todo o saldo do rotativo. Na prática, a depender do banco, o valor ficará mais alto.

Apesar de as novas regras visarem a reduzir o juro pago pelo cliente, órgãos de defesa do consumidor cobram mais clareza sobre os novos padrões de cobrança. O rotativo é acionado quando o cliente paga qualquer valor entre o mínimo da fatura e o total.

Antes, havia o risco de o consumidor cair numa ciranda de juros e ficar superendividado. O juro do rotativo, de cerca de 500% ao ano, é hoje a mais cara linha de crédito.

Agora, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou um limite de uso do rotativo: 30 dias. Passado o período, haverá uma migração automática para o parcelado do cartão, que também tem um juro alto, embora menor do que o do rotativo.

O CMN não determinou como deve funcionar o sistema e por isso cada banco definiu um padrão de cobrança.

Como o uso do rotativo será limitado, os bancos diminuíram a taxa de juros desta modalidade. Algumas instituições financeiras também baixaram o custo do parcelado. No Banco do Brasil, o primeiro a anunciar a nova regulamentação, o cliente poderá parcelar em 24 vezes o valor devido. É possível também fazer o pagamento mínimo, composto de todo o saldo rotativo e de pelo menos 15% dos novos gastos.

O Itaú Unibanco também colocou o valor integral do rotativo no mínimo da fatura. Ou, se quiser, o correntista do banco pode quitar algum valor entre uma parcela já calculada e o valor mínimo da fatura para entrar automaticamente no parcelado – fixado em 12 vezes – a partir do mês seguinte.

No BB e no Itaú, não há parcelamento em caso de pagamento do mínimo. O restante fica “rotativado” para o mês seguinte.

No Santander, o pagamento mínimo passa a representar, ao menos, 15% da soma entre o saldo remanescente do mês anterior e os novos gastos, se existirem. O restante é automaticamente parcelado – de 4 a 18 vezes – na próxima fatura.

Também é possível, no Santander, quitar somente o saldo do rotativo de uma vez, não entrando, assim, no parcelado. Com exceção deste último detalhe, o sistema do Bradesco, que usa parcelamento em 12 vezes, é semelhante ao do Santander.

Assim como já é hoje, quitar qualquer cifra abaixo do valor mínimo deixa o consumidor inadimplente e exclui o acesso ao rotativo ou parcelamento.

Clareza

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) está elaborando uma carta ao BC para apontar os pontos que considera falhos na mudança. "A norma está muito solta e é difícil de entender. Isso é prejudicial ao consumidor", diz Ione Amorim, economista-chefe do Idec. A especialista diz que, da maneira como serão as aplicadas as regras, a tendência é que o consumidor recorra mais ao mínimo. "O risco é replicar a dinâmica atual do rotativo."

Executivos dos quatro bancos acreditam que a medida pode ajudar a melhorar a educação financeira dos clientes. Também apostam que a inadimplência deve cair, porque haverá maior controle dos gastos e incidência de juro menor.

Procurada, a Caixa Econômica Federal informou que ainda trabalha na definição das novas regras de uso do rotativo do cartão de crédito e que irá divulgá-las antes de o modelo começar a ser obrigatório.

Receita do BNDES com intermediação financeira caiu por causa do câmbio

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A receita de intermediação financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caiu na passagem de 2015 para 2016 por causa da valorização do real, explicou a superintendente da Área de Controladoria da instituição, Vania Borgeth. Conforme o balanço financeiro divulgado nesta sexta-feira, 10, a receita da intermediação financeira encolheu 38%, caindo de R\$ 105,342 bilhões em 2015 para R\$ 65,275 bilhões em 2016.

O resultado bruto da intermediação financeira caiu 10,7%, para R\$ 16,690 bilhões, contra os R\$ 18,691 bilhões registrados em 2015, por causa da perda de R\$ 9,156 bilhões com provisões para risco de crédito, valor 524% acima do R\$ 1,468 bilhão de 2015. Sem considerar o provisionamento, o produto da intermediação financeira cresceu 28,2% ante 2015, para R\$ 25,846 bilhões.

Segundo o diretor da Área de Controladoria do BNDES, Ricardo Baldin, a piora do "rating" dos clientes em meio à recessão levou ao aumento de provisionamento, combinada com uma postura "mais conservadora" do banco. Questionado se as perdas com a operadora de telefonia Oi, em recuperação judicial desde ano passado, já foram provisionadas, o executivo disse que não comentaria casos específicos.

"Não existe um caso específico", disse Baldin, em entrevista coletiva, no Rio. "No conjunto dos financiamentos houve uma baixa generalizada (nos ratings). Não estamos nos referindo a esse ou aquele caso", completou o executivo, que se resumiu a comentar que, por causa da recuperação judicial, a Oi nem sequer possui "rating".

Dividendos

Baldin ressaltou que o pagamento mínimo de 25% em dividendos do lucro líquido de 2016 da instituição de fomento já está registrado no passivo do banco e depende de o "Tesouro requerer". Segundo o executivo, o valor é de R\$ 1,518 bilhão. "Quero pagar na semana que vem", afirmou Baldin, quando perguntado se o pagamento já estava programado.

O executivo destacou ainda que a nova política de dividendos, aprovada pelo banco no ano passado e já inserida em seu estatuto social, garantirá ao banco ao menos 40% do lucro líquido para aumento de capital. Segundo Baldin, isso dará previsibilidade à gestão do banco, já que o pagamento de dividendos ao Tesouro "não ficará ao livre arbítrio".

Nas gestões anteriores do BNDES, a praxe era haver pagamento de 100% do lucro em dividendos, contribuindo para ampliar as receitas da União, em meio à redução do superávit fiscal.

Até o fim do ano, o BNDES poderá pagar outros 35% do lucro em dividendos, mas, pela nova política, isso somente será feito se o índice de Basileia do banco estiver acima de 15%. O índice encerrou 2016 em 21,7%.

Receita de tesouraria foi significativa para resultado de 2016, diz BNDES

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Entre os fatores que influenciaram a alta de 3,1% no lucro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na passagem de 2015 para 2016, a receita de tesouraria foi “significativa”, afirmou nesta sexta-feira, 10, o diretor da Área de Controladoria da instituição de fomento, Ricardo Baldin.

Segundo o executivo, a valorização da carteira de ações do banco e de sua empresa de participações, a BNDESPar, também teve impacto positivo. No resultado, o impacto se deu mais pelo fato de ter sido menos negativo. Em 2015, foram R\$ 9,7 bilhões em baixas contábeis (impairments), ante R\$ 5,3 bilhões em 2016.

“A valorização da carteira de ações gerou acréscimo muito grande no patrimônio líquido, de R\$ 20 bilhões”, disse Baldin, em entrevista coletiva para comentar o balanço financeiro de 2016, no Rio.

Tesouro: é preciso aprender com lições para não repetir esses erros no futuro

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse nesta sexta-feira, 10, que a crise fiscal dos últimos anos forçou a revisão na gestão do órgão, que esteve no centro de decisões de política econômica consideradas equivocadas pelo atual governo.

“Os momentos difíceis nos últimos anos nos levam a tentar melhorar gestão do Tesouro. Os erros do passado nos levaram à maior crise da história brasileira e precisamos aprender com essas lições para não repetir esses erros no futuro”, afirmou, na abertura da solenidade de comemoração ao 31º aniversário do Tesouro.

Ana Paula anunciou ainda que uma nova versão do portal Tesouro Transparente entrará no ar na próxima sexta-feira, 17. “O monitoramento do limite de gastos estará disponível no site do Tesouro, que também contará com detalhes sobre garantias concedidas a Estados e municípios”, completou.

Pela manhã, o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Samuel Pessôa ministrou uma palestra sobre a evolução macroeconômica dos últimos 15 anos para os servidores no evento do Tesouro Nacional.

Fipe reduz previsão de IPC de março de 0,18% para 0,12%

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

O coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), André Chagas, revisou para baixo a expectativa para a inflação fechada em março.

A expectativa passou de 0,18% para 0,12% no fim deste mês. "A revisão reflete um pouco de tudo. Na primeira quadrissemana, houve alívio generalizado, prossegue o espalhamento de desinflação", explica.

Na primeira leitura do mês, o IPC-Fipe registrou queda de 0,09%, depois de ceder 0,08%, com poucas alterações nos resultados dos grupos em relação ao fechamento em fevereiro, exceto em Alimentação (de -0,69% para -0,73%), diz.

"O principal destaque em alimentos continua sendo o comportamento dos preços da indústria. Embora tenham diminuído o ritmo, seguiram em queda", afirma. Os alimentos industrializados tiveram deflação de 0,14%, na comparação com recuo de 0,26% no fim de fevereiro. Já os semielaborados cederam 2,20%, ante declínio de 2,62%. "Parece que a indústria em geral está com promoção", completa.

Um dos destaques em alimentos semielaborados na primeira leitura do mês foi o frango, que ficou 4,22% mais barato, na comparação com queda de 4,02% no fim de fevereiro, exemplifica. "Só que desta vez os in natura caíram (0,48%), depois da alta de 0,54%. O vilão foi o tomate (de -10,62% para -13,68%). Só que como é um preço muito volátil, pode voltar", minimiza.

Outro produto que pode voltar a pressionar o IPC é o feijão, que está reduzindo a velocidade de queda, para 14,44%, ante recuo de 17,73% no fim de fevereiro. "Apesar da nova estimativa (melhor) da safra de grãos ontem (9) pelo IBGE, há sinais de que o preço pode parar de cair", estima.

Contudo, acredita que o efeito não deve ser imediato, o que o leva a crer que o processo desinflacionário na capital paulista vai continuar. Além disso, espera que os preços mais baixos dos combustíveis ajudem a conter o IPC-Fipe este mês.

Na primeira leitura de março, os preços do etanol cederam 2,67% (de -1,86%) e os da gasolina caíram 0,99% (de -0,78%). Esse movimento, diz, ajudou o grupo Transportes a cair 0,19% no início deste mês, após declinar 0,17%.

Relação etanol/gasolina

Os recuos também permitiram um resultado mais baixo na relação entre os preços do etanol e da gasolina, que passou de 75,83% na última semana de fevereiro para 75,20% na primeira semana de março.

"A queda no etanol reflete a redução promovida recentemente pela Petrobras para a gasolina e o recuo em açúcar (-1,38%)."

PIB do G-20 desacelera no 4º trimestre; Brasil tem o pior desempenho, diz OCDE

13/03/2017 – Fonte: UOL Economia

O crescimento econômico dos países do G-20 desacelerou no quarto trimestre do ano passado em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados divulgados hoje pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo o relatório da entidade, o Produto Interno Bruto (PIB) das 20 maiores economias do planeta cresceu 0,7% entre outubro e dezembro, ante 0,8% no período de julho a setembro. A desaceleração foi puxada pela América do Norte, onde o crescimento passou de 0,9% para 0,5% na passagem trimestral.

Individualmente, o país de melhor desempenho na comparação trimestral foram a Austrália, que registrou expansão de 1,1% após contrair 0,5% no período anterior. Na outra ponta, a contração do Brasil passou de 0,7% para 0,9%.

Na comparação anual, o crescimento do G-20 no quarto trimestre se mostrou estável em 3,1% na relação a igual período do ano anterior. A Índia (7,2%) e a China (6,8%) tiveram os maiores crescimentos do G-20 nesse quesito. O Brasil, por outro lado, ficou com o pior (-2,5%). Os dados da Rússia, o outro país do G-20 que registrou contração econômica no ano passado, não constam do relatório.

Em 2016 como um todo, o crescimento do PIB do G-20 foi de 3,0%, queda em relação aos 3,3% registrados em 2015. (Marcelo Osakabe)

Governo quer acelerar regulamentação para a terceirização

13/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Planalto quer juntar dois projetos sobre o assunto que estão em tramitação no Congresso, um na Câmara e outro no Senado



A terceirização pode voltar a mesa de discussões do governo nos próximos dias. O governo decidiu juntar os dois projetos de lei que tratam do assunto (PL 4302 e PL 4330) e votar neles o quanto antes.

Os projetos, porém, estão em fase diferentes, o primeiro 4302, que data ainda de 1998, não pode mais sofrer alteração e espera votação na Câmara dos Deputados. Enquanto o segundo, mais atual, ainda está no Senado. A intenção é que eles caminhem na próxima semana.

A ideia, de acordo com um interlocutor, é aprovar o primeiro projeto sem alterações na Câmara e, logo em seguida, o que circula no Senado. No fim, o resultado seria uma mistura dos dois projetos, que teriam alguns pontos sancionados e outros itens vetados pelo presidente Michel Temer (PMDB).

Essa decisão, de conduzir as duas votações ao mesmo tempo, foi tomada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), com o presidente Temer no último fim de semana. O assunto foi retomado no encontro entre Jucá e o líder da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), na última quarta-feira (8).

Projetos se complementam

Os dois projetos fundamentalmente tratam da mesma coisa: regulamentar a terceirização no Brasil. De acordo com Marcelo Giovani Batista Maia, advogado e professor de direito do trabalho da UniBrasil, há muitas semelhanças e diferenças entre os projetos, mas o resultado final é exatamente o mesmo.

Liberação

Com a regulamentação, a grande mudança é a liberação da terceirização para as atividades-fim (principais) de uma empresa. Atualmente, o entendimento da Justiça do Trabalho é de que só atividades-meio (funções de apoio) podem ser terceirizadas.

Na prática, uma transportadora não pode terceirizar motoristas, assim como uma empresa de engenharia não pode terceirizar engenheiros. No novo cenário, esses dois exemplos não teriam nenhum impedimento.

“Dá até para dizer que um é complemento do outro. Nos dois casos pode se terceirizar de forma irrestrita todas as atividades de uma empresa. A diferença é que no segundo projeto algumas questões ficam um pouco mais explicadas”, ressalta.

Com a regulamentação, a grande mudança é a liberação da terceirização para as atividades-fim (principais) de uma empresa. Atualmente, o entendimento da Justiça do Trabalho é de que só atividades-meio (funções de apoio) podem ser terceirizadas.

Na prática uma transportadora não pode terceirizar motoristas, assim como uma empresa de engenharia não pode terceirizar engenheiros. No novo cenário, esses dois exemplos não teriam nenhum impedimento.

Divergência entre os projetos

As grandes diferenças entre os dois PLs são as questões da responsabilidade atribuída à empresa contratante, da representação sindical do trabalhador terceirizado e questões de tributação.

O PL 4302, estabelece a chamada responsabilidade subsidiária, ou seja, em caso de não pagamento das obrigações trabalhistas, o trabalhador deve acionar judicialmente primeiro a prestadora de serviço e só depois, se ela não comparecer, a contratante.

Já no texto que será votado no Senado, fica estabelecida uma responsabilidade solidária, ou seja, em casos de não pagamento, o trabalhador terceirizado escolhe qual das duas empresas (contratante ou prestadora) quer acionar na Justiça. Nesse sentido, o texto do PL 4302 atende mais o desejo dos empresários e, de acordo com assessores do presidente, é também o favorito do governo.

Em relação à representação sindical, o projeto de 1998 não fornece nenhuma informação sobre o assunto, ou seja, não há nenhum tipo de definição de qual sindicato representará os trabalhadores terceirizados de uma empresa.

Já no PL mais atual, fica definido apenas os casos de contratos em que a prestadora de serviços pertence à mesma categoria econômica da empresa contratante. Nessa situação, o entendimento é que “os empregados da contratada envolvidos no contrato serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante”. Em relação aos outros casos, não há nenhuma regulamentação.

Por fim, a questão tributária também não é tratada pelo texto de 1998. No PL 4330 fica definido que as empresas contratantes precisam reter na fonte, descontar na fatura das prestadoras de serviços e recolher diretamente para a União impostos e contribuições previdenciárias.

Debates

Entre as entidades que acompanham as discussões sobre os projetos de lei, não há unanimidade. Há, por exemplo, quem acredite que o texto de 1998 seja o mais adequado nesse momento, como a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Segundo a entidade, mesmo não resolvendo todas as questões relativas à terceirização, ele “é o que mais se aproxima da realidade de tais atividades e garante a tão esperada segurança jurídica” para todos os envolvidos.

Pelo lado dos trabalhadores, Antonio Neto, presidente nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), acredita que o PL 4330 seja mais atual e atenda melhor alguns pontos. “Ele é mais novo e foi bem negociado. Apesar de não atender todas as necessidades, se fosse para escolher um dos dois esse seria o mais adequado”, explica. Neto também ressalta que a CSB está aberta a ideia de misturar os dois projetos e que, inclusive, deve se reunir com outros representantes para analisar melhor a proposta nos próximos dias.

Já por parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT) os projetos não recebem nenhum tipo de apoio. Para a entidade, os dois casos significariam, entre outras coisas, uma precarização do mercado de trabalho.

De acordo com o professor da UniBrasil, mesmo com os projetos circulando desde 1998, a discussão sobre o assunto ainda precisa ser ampliada. Para ele, ainda não existe nenhuma comprovação de que a terceirização vai gerar empregos e nem que o mercado não será precarizado.

Projetos na mesa

Confira os pontos semelhantes e diferentes entre os projetos de lei sobre a terceirização que esperam votação na Câmara e no Senado



A regulamentação trata só sobre empresas privadas.

A regulamentação também deixa claro que as regras definidas valem só para empresas privadas



Diz que a empresa contratante deve fiscalizar, mensalmente, se as obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas. Também diz que a empresa prestadora de serviço é obrigada a fornecer esses comprovantes.

Também diz que a empresa contratante deve fiscalizar, mensalmente, se as obrigações trabalhistas estão sendo cumpridas. Assim como, que a empresa prestadora de serviço é obrigada a fornecer esses comprovantes.



Obriga a empresa contratante a disponibilizar condições adequadas de saúde e segurança para o trabalhador terceirizado.

Também trata do assunto e ainda reforça que o trabalhador terceirizado deve ter acesso aos mesmos refeitórios, ambulatórios e meios de transporte dos contratados.



Não deixa claro quais atividades da empresa podem ser terceirizadas. Subentende-se, nesse caso, que seja qualquer uma.

Diz, de forma clara, que qualquer atividade da empresa pode ser terceirizada.



Estabelece a responsabilidade subsidiária, ou seja, em caso de não pagamento dos direitos trabalhistas, o trabalhador deve acionar judicialmente primeiro a prestadora de serviço e só, caso ela não compareça, a contratante

Estabelece a responsabilidade solidária, em que, em caso de não pagamento, o trabalhador pode escolher tanto a empresa prestadora de serviço, quanto a empresa contratante para acionar judicialmente.



Não trata do assunto, por isso, não deixa claro qual sindicato representará os trabalhadores terceirizados.

Estabelece uma definição apenas para os casos em que o "contrato de prestação de serviços especializados a terceiros se der entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica". Nesse caso, fica definido que os trabalhadores serão representados pelo mesmo sindicato que representa os empregados da contratante.



Não trata do assunto.

Obriga as contratantes a reterem na fonte, descontar na fatura das prestadoras de serviços e recolher diretamente para a União impostos e contribuições previdenciárias.

Rodrigo Maia diz que terceirização será votada dia 21 na Câmara

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Câmara dos Deputados só votará o projeto que regulamenta a terceirização a partir de 21 de março, afirmou nesta sexta-feira, 10, ao Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). De acordo com o parlamentar fluminense, o "atraso" na votação se deve ao fato de que a negociação sobre as "garantias" aos trabalhadores ainda não foi concluída com as centrais sindicais.

"Terceirização vamos votar dia 21 o texto da Câmara. Na próxima semana, vamos negociar os artigos do texto do Senado", afirmou Maia. O texto da Câmara a que ele se refere é um projeto do Executivo de 1998, considerado pelas centrais sindicais como "menos rigoroso". Já o projeto do Senado sobre o tema é o texto que foi aprovado pelos deputados em 2015, que prevê mais garantias.

Como mostrou o Broadcast Político na última quarta-feira, 8, a oposição não aceitou acordo sobre a terceirização e pretende obstruir a votação. A proposta de Maia aos opositores é votar os dois projetos sobre o tema e negociar futuros vetos presidenciais.

A votação simultânea possibilitaria aprovar o texto que o governo prefere no projeto de 1998 e as garantias que a oposição pede no de 2015. O projeto de 1998 não pode mais ser alterado. Isso porque a proposta já passou uma vez pela Câmara em 2000 e pelo Senado em 2002.

Nessa segunda votação, deputados só poderão aprovar integral ou parcialmente o texto dos senadores ou retomar a redação aprovada em 2000 pela Câmara. Com isso, a alternativa mais rápida para aprovar as salvaguardas aos trabalhadores seria incluí-las no projeto de 2015, que ainda pode passar por alterações.

"Eles (Maia e Jucá) estão querendo terceirizar o processo legislativo ao governo", reagiu o deputado Orlando Silva (PC do B-SP). Entre as garantias exigidas pela oposição e pelas centrais sindicais estão a responsabilidade solidária das empresas

contratantes a calotes que as contratadas venham a dar nos trabalhadores, regras para evitar substituição de celetistas por pessoas jurídicas e igualdade de direitos entre os contratos diretos e os terceirizados.

Pauta

Sem a votação do projeto da terceirização, Rodrigo Maia afirmou que a Câmara deve votar na semana apenas projetos de consenso, remanescentes da pauta da última semana. O presidente da Casa afirmou que tentará iniciar a discussão sobre o projeto que cria um programa de recuperação fiscal para Estados falidos.

Gerar mais e melhores empregos é o desafio

13/03/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A pura geração de emprego não é suficiente. A qualidade das vagas oferecidas está na essência do processo de desenvolvimento e do bem-estar social



O Brasil encerrou 2016 com 12,3 milhões de desempregados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desocupação média foi de 11,5% no ano passado – três pontos percentuais acima do registrado em 2015. Ainda que a taxa média paranaense fique abaixo da nacional (8,5%), o estado fechou o terceiro trimestre de 2016 com o maior índice de desocupação da Região Sul.

Mas a pura geração de emprego não é suficiente. A qualidade das vagas oferecidas está na essência do processo de desenvolvimento e do bem-estar social. É preciso não apenas elevar a produtividade em todos os setores, mas também a proporção de trabalhadores em empregos de alta produtividade.

Assegurar a redução da informalidade do mercado de trabalho (que no Paraná chegou a 31% em 2014, segundo o IBGE) é outro ponto importante, ainda que possa elevar os custos para os empregadores.

Ignorar a informalidade traz impactos relevantes, como as distorções produzidas pela concorrência desleal, a existência de trabalhadores desprotegidos ou em condições análogas às da escravidão, além de criar ambiente propício para atividades ilícitas.

No Brasil a “desindustrialização” do emprego se deu mais rapidamente que em outros países

Além dos fatores conjunturais que impõem desafios para a geração de emprego de qualidade no Brasil, existem também questões estruturais, com destaque para a redução da participação da indústria na geração de empregos e o impacto da digitalização na atividade econômica.

A criação de vagas no setor industrial brasileiro voltou a cair em dezembro de 2016, segundo o IBGE, após ter interrompido 22 meses consecutivos de queda em novembro, e tem hoje o pior patamar em 12 anos. No Paraná, o volume de vagas no setor industrial caiu 10% no terceiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015, seguindo exatamente o mesmo ritmo de queda visto em nível nacional no mesmo período.

Se por um lado isso pode ser interpretado como a evolução natural do estágio de desenvolvimento das economias, no caso brasileiro a “desindustrialização” do emprego se deu mais rapidamente que em outros países que passaram pelo mesmo processo, e segue em ritmo acelerado.

Além disso, resulta em uma participação do emprego industrial inferior à de economias que servem como referência.

Estudos realizados recentemente nos EUA, Europa e Brasil constataam que a digitalização pode contribuir de forma expressiva para acelerar o crescimento do PIB, e que um dos principais mecanismos pelos quais isso ocorre é o melhor funcionamento do mercado de trabalho. A digitalização permite trazer para a força de trabalho pessoas que, de outra forma, não o fariam.

Também contribui para reduzir o tempo de busca por emprego e para alinhar o perfil de um trabalhador com as vagas disponíveis.

Por outro lado, a digitalização traz também uma grande ameaça: o potencial de automação eleva significativamente o risco de perda de emprego. Mesmo que o impacto econômico final seja bom, a transição para as pessoas envolvidas certamente será difícil.

A recuperação dos níveis de emprego e a melhoria de sua qualidade no Brasil representam desafios agudos de política econômica. Um pré-requisito é a retomada do crescimento econômico, sem o qual não se abre espaço no curto prazo para a reposição de vagas perdidas, nem, em longo prazo, para a ampliação de vagas em atividades de alta produtividade.

Além disso, pesquisa do McKinsey Global Institute destaca outras medidas a serem tomadas, como iniciativas que contribuam para adequar as capacitações dos trabalhadores às necessidades de uma economia em evolução (como a educação para o emprego); políticas que aumentem a competitividade para elevar a participação em mercados globais (investimentos em infraestrutura); e ações que desacelerem/revertam a queda na participação do setor industrial e a remoção de obstáculos ao empreendedorismo (como a burocracia que atravanca a abertura de empresas).

Governos estaduais e municipais também têm papel fundamental na implementação deste tipo de medidas e poderão auxiliar o Brasil a se aproximar das melhores práticas internacionais, fornecendo suporte para a recuperação dos patamares de emprego nos próximos anos.

Base tem planos que desfiguram reforma da Previdência

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Importantes partidos da base aliada estão elaborando propostas de reforma da Previdência alternativas à enviada pelo governo ao Congresso Nacional. As mudanças poderão desfigurar sobremaneira o projeto original do Executivo, ao prever, entre outros pontos, a diminuição da idade mínima, suavização da regra de transição e exclusão de categorias da nova regra.

O PSB quer discutir principalmente, de acordo com o deputado Danilo Forte (PSB-CE), a manutenção das regras atuais para aposentadoria de trabalhadores rurais e a diminuição do tempo de contribuição para aposentadoria integral. Caso as alterações não sejam votadas, o partido ameaça fechar questão contra a proposta. “Temos convicção de que a reforma da Previdência precisa ser feita. Mas ela não pode cair exclusivamente na mão da miúda”, disse Forte.

Partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), o DEM elaborou emenda para suavizar a regra de transição. A proposta estabelece que a idade mínima de 65 anos para aposentadoria só valeria para quem nasceu depois de 1993.

Pela proposta do governo, homens acima de 50 anos e mulheres com mais de 45 anos, precisam pagar pedágio de 50% do tempo que falta para se aposentar. A emenda do DEM mantém o pedágio de 50%, mas amplia, de forma escalonada, o alcance da regra.

No PSD, a principal resistência também é esse ponto. "A regra de transição está muito dura, está difícil de vender", afirmou o líder do partido, Marcos Montes (MG).

Idosos e deficientes

O PSDB quer propor mudanças na regra de transição, na aposentadoria rural e no benefício pago para idosos e pessoas com deficiência. Segundo o líder do partido na Casa, Ricardo Tripoli (SP), as mudanças ainda estão sendo estudadas pela bancada com técnicos e devem ser discutidas com os senadores do partido.

Uma das mudanças previstas pela proposta do governo é que a diferença entre trabalhadores com deficiência ou expostos a condições nocivas à saúde e demais trabalhadores não poderá ser maior que 10 anos no quesito idade mínima para aposentadoria e 5 anos no tempo de contribuição.

Já a idade mínima para idosos e deficientes solicitarem o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) sobe de 65 anos para 70 anos.

O Solidariedade foi o único partido que protocolou uma emenda para avaliação do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). O partido quer reduzir a idade mínima para se aposentar para 60 anos para homens e 58 anos para mulheres.

Já a regra de transição valeria para todos que tenham contribuído com a Previdência até a promulgação da reforma, com um pedágio de 30%, menor do que o proposto pelo governo.

A emenda protocolada pela legenda ainda propõe que o benefício seja calculado partindo de 60% da média da remuneração acrescido de 1% por ano de contribuição.

A proposta do governo é de 50% da média da remuneração do beneficiário, acrescido de 1% por ano de contribuição, o que exige pelo menos 49 anos de contribuição para ter direito ao benefício integral.

Consumidor pagou R\$ 1,8 bi a mais na conta de luz em 2016; valor será devolvido

13/03/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um erro cometido nos cálculos da conta de luz resultou na cobrança de R\$ 1,8 bilhão a mais dos consumidores no ano passado. As tarifas incluíram, de forma indevida, o pagamento pela energia da usina nuclear de Angra 3, que não está pronta e cujas obras estão paralisadas devido a denúncias de corrupção.

A falha foi percebida após uma ação popular de autoria do presidente do Conselho de Administração do Instituto de Defesa da Cidadania de Formosa (GO), Geraldo Lobo, que entrou na Justiça para questionar a cobrança.

Ainda não houve decisão judicial, mas, independentemente disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu retirar a cobrança das contas de luz neste ano. A medida vai contribuir com um impacto de queda de 1,2 ponto porcentual nas tarifas.

“O valor estimado foi repassado aos processos tarifários das distribuidoras em 2016, mas os consumidores não sofrerão nenhum prejuízo, pois serão ressarcidos em 2017 com a devida remuneração (Selic) a cada reajuste ou revisão. Para 2017, a previsão do Encargo de Energia de Reserva (ERR) referente a Angra 3 foi retirada dos processos tarifários”, diz nota oficial da Aneel.

O caso é resultado de uma trapalhada da Aneel e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em dezembro de 2015, a Aneel foi questionada pela CCEE a respeito de Angra 3. A CCEE é a responsável por fazer a estimativa de custos da conta responsável por recolher recursos do EER. Cabe à Aneel aprovar esse orçamento.

É por meio desse encargo, cobrado na conta de luz, que Angra 3 seria remunerada quando entrasse em operação. Pelo contrato de concessão, a usina deveria estar pronta e começar a gerar energia a partir de janeiro de 2016. Mas o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não conta com a usina até 2021. Por isso, a Aneel decidiu autorizar a CCEE a não pagar Angra 3.

Ainda assim, a cobrança foi feita e repassada a consumidores de todo o País, na data de reajuste tarifário de cada distribuidora. O dinheiro ficou no caixa das distribuidoras de energia e não foi repassado nem à CCEE, nem à Angra 3.

Para a Aneel, a CCEE deveria ter retificado o orçamento do encargo, apresentado em outubro de 2015, dois meses antes do questionamento, e enviado um novo levantamento de custos ao órgão regulador, excluindo o gasto com Angra 3. Como isso não foi feito, a Aneel incluiu o custo nos reajustes.

Já a CCEE considera que o questionamento feito à agência era suficiente para que a cobrança não fosse realizada, tanto que não cobrou os repasses das distribuidoras. A entidade negou ainda ter enviado dados incorretos à Aneel. “A CCEE não tem qualquer participação nos processos tarifários das distribuidoras, sendo estes de inteira responsabilidade da Aneel”, diz a nota.

De acordo com a Aneel, todos os valores recolhidos a mais serão devolvidos aos consumidores, na forma de reajustes mais baixos. Isso foi feito no primeiro reajuste tarifário autorizado neste ano, da distribuidora Energisa Borborema, em 31 de janeiro, que resultou na devolução de R\$ 7 milhões aos consumidores.

Isso será repassado para as outras concessionárias na data do reajuste. Para os clientes da Eletropaulo, por exemplo, será em julho.

Projeto do governo militar, Angra 3 teve as obras paralisadas em 1986. O empreendimento foi retomado em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e deveria ficar pronto em 2014, mas sofreu novos adiamentos.

Em 2015, as obras foram novamente paradas, devido a problemas financeiros da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras, e denúncias de corrupção descobertas no âmbito da Operação Pripyat, um dos braços da Lava Jato. Vice-almirante da Marinha, o ex-presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro da Silva foi condenado e preso por envolvimento no esquema.